



Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República  
Secretaria de Racionalização e Simplificação  
Departamento de Registro Empresarial e Integração  
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta C

**JUCEMG**

SEDE - BELO HORIZONTE

Ato: 310 - 16/05/2014 10:01



14/335.960-6

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)

**31300024130**

Código da Natureza Jurídica

**2054**

Nº de Matrícula do A Auxili

## 1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR(A). PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

NOME: **CONSTRUTORA ATERPA M.MARTINS S/A**  
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº FCN/REMP



J143924146130

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
------------	---------------	------------------	------	---------------------------

1	980			
---	-----	--	--	--

*Escritura de Inventures*

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

**BELO HORIZONTE**

Local

**13 Maio 2014**

Data

Nome:

Assinatura:

Telefone de Contato:

**NOTAS**  
PEDIDO DO PARAQUEBA

## 2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR

☒ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

☐ NÃO

Data

Responsável

☐ NÃO

Data

Responsável

Processo em Ordem  
A decisão

**19.5.14**

Data  
Aloysio de Almeida  
Analista de Gestão e Registro Empresarial  
MASP: 123456789

Responsável

### DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência. (V

☐ Processo deferido. Publiqu

☐ Processo indeferido. Publi



**JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
CERTIFICADO DE REGISTRO SOB O NRO: ED.000.181-8/000  
EM 19/05/2014  
CONSTRUTORA ATERPA M.MARTINS S/A

**AN1265190**

PROTOCOLO: 14/335.960-6

*Marinely de Paula Bomfim*  
SECRETARIA GERAL

**JUCEMG**

4ª Exigência

5ª Exigência

☐

☐

Responsável

### DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

☒ Processo deferido. Publique-se e archive-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

**19.5.2014**

Data

*Célio Costa Pacheco*

Vogal

Presidente da Turma

2ª Exigência

☐

3ª Exigência

☐

4ª Exigência

☐

5ª Exigência

☐

Vogal

*Wilson Dias de Siqueira*

### OBSERVAÇÕES

*AS*

Cartório de Registro Civil e Notas do Distrito de Piedade do Paraopeba - Brumadinho/MG  
**JOSÉ RICARDO DO NASCIMENTO FETIOSA**  
 Praça da Matriz, 138 - CEP: 30464-000 - Brumadinho - MG - Fone: (31) 3571-5079

Reconheço por semelhança a(s) firma(s) Francisco José Roberto Farias

Piedade do Paraopeba - MG Dou fé **13 MAIO 2014**

Em Teste [Assinatura] da verdade.

☐ JOSÉ RICARDO DO NASCIMENTO FETIOSA - TABELIÃO  
☐ BRUNA ELIZA MELO NOVAIS ALMEIDA - ESCRIVENTE  
☐ NADIA ROCHA VIEIRA DA SILVA ALBERTO - ESCRIVENTE

Emol: 3,90 - Tff: - 1,21 - Total: 5,11

**Reconhecimento de Firma**  
 B10 88668

Certifico que este documento da empresa CONSTRUTORA ATERPA M.MARTINS S/A, Nire: 3130002413-0, foi deferido e arquivado na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, sob o nº 5273845 em 19/05/2014. Para validar este documento, acesse [www.jucemg.mg.gov.br](http://www.jucemg.mg.gov.br) e informe: Nº do protocolo 14/335.960-6 e o código de segurança 4yAT. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 20/05/2014 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária Geral.



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 4ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA CONSTRUTORA ATERPA M. MARTINS S.A.**

**ENTRE**

**CONSTRUTORA ATERPA M. MARTINS S.A.**  
*COMO EMISSORA*

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**  
*COMO AGENTE FIDUCIÁRIO*

**J. DANTAS S.A. ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES**  
**SONEL ENGENHARIA S.A.**  
**LASA PARTICIPAÇÕES S.A.**  
*COMO INTERVENIENTES GARANTIDORAS E FIADORES*

**MIB – MINERAÇÃO IBIRITÉ LTDA.**  
**SAF PARTICIPAÇÕES LTDA.**  
**FRANCISCO JOSÉ LABORNE SALAZAR**  
**JOSÉ MAURÍCIO LABORNE SALAZAR**  
*COMO FIADORES*

**DATADO DE 12 DE MAIO DE 2014**



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 4ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA CONSTRUTORA ATERPA M. MARTINS S.A.**

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas:

**CONSTRUTORA ATERPA M. MARTINS S.A.**, sociedade por ações sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**"), com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Professor Jorge Lage, nº 50, sala 601, CEP 30494-240, inscrita no CNPJ/MF sob nº 17.162.983/0001-65, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("**Emissora**" ou "**Companhia**");

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade por ações com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205, CEP 22631-000, inscrita no CNPJ/MF sob nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, representando a comunhão dos debenturistas da presente emissão, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**") ("**Agente Fiduciário**", e em conjunto com a Emissora, "**Partes**");

como Intervenientes Garantidoras e Fiadores e principais garantidoras das obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura:

**J. DANTAS S.A. ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES**, sociedade por ações, com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Professor Jorge Lage, nº 50, sala 502, CEP 30494-240, inscrita no CNPJ/MF sob nº 17.168.907/0001-67, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("**J. Dantas**");

**SONEL ENGENHARIA S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Professor Jorge Lage, nº 50, sala 401, CEP 30494-240, inscrita no CNPJ/MF sob nº 17.168.915/0001-03, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("**Sonel**");

**LASA PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Professor Jorge Lage, nº 50, sala 701, CEP 30494-240, inscrita no CNPJ/MF sob nº 06.956.776/0001-66, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("**LASA**", que em conjunto com J. Dantas e Sonel, denominadas as "**Intervenientes Garantidoras**");

e, ainda, como Fiadores e principais garantidoras das obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura,

**MIB – MINERAÇÃO IBIRITÉ LTDA.**, sociedade limitada, com sede na Cidade de Brumadinho, Estado de Minas Gerais, na Fazenda Santa Maria, s/n, CEP 35460-000, inscrita no CNPJ/MF sob nº 08.578.982/0001-05, neste ato representada na forma de seu Contrato Social ("**MIB**");

**SAF PARTICIPAÇÕES LTDA.**, sociedade limitada, com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Professor Jorge Lage, nº 50, sala 301, CEP 30494-240, inscrita no CNPJ/MF sob nº 14.562.064/0001-90, neste ato representada na forma de seu Contrato Social ("**SAF**");

**FRANCISCO JOSÉ LABORNE SALAZAR**, brasileiro, engenheiro civil, casado em regime de comunhão universal de bens com Regina Maria Pentagna Guimarães Salazar, brasileira, empresária, ambos, residentes e domiciliados à Rua Virgínia, nº 54, na Cidade de Nova Lima, Estado de Minas Gerais, CEP 34000-00, portadores da cédula de identidade RG nº 10.724/D (CREA-MG) e nº 841 (PC-MG), respectivamente e inscritos no CPF/MF sob nº 137.220.426-15 e nº 715.314.166-97, respectivamente ("**Sr. Francisco**" e "**Sra. Regina**", respectivamente);

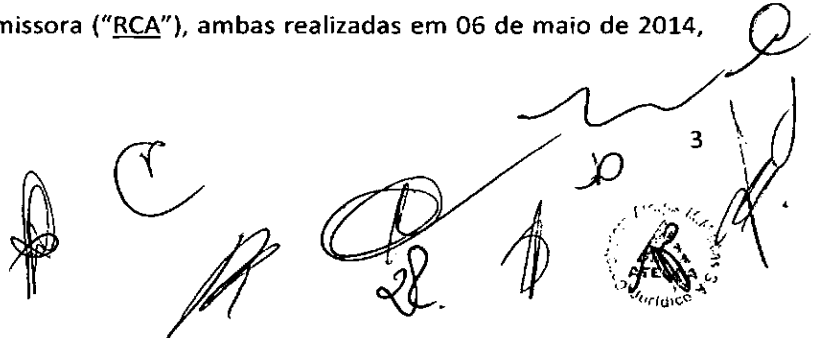
**JOSÉ MAURÍCIO LABORNE SALAZAR**, brasileiro, industrial, casado em regime de comunhão universal de bens com Virgínia Cássia Corrêa Salazar, brasileira, do lar, ambos, residentes e domiciliados à Rua João Antônio Azeredo, nº 90, apto 900, na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, CEP 30320-610, portadores da cédula de identidade RG nº 579.490 (SSP-MG) e nº 748.748 (SSP-MG), respectivamente e inscritos no CPF/MF sob nº 325.547.296-20 e nº 448.577.216-00, respectivamente ("**Sr. José**" e "**Sra. Virgínia**", respectivamente, sendo o Sr. José, em conjunto com J. Dantas, Sonel, LASA, MIB, SAF e Sr. Francisco, denominados os "**Fiadores**");

Celebram o presente Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Construtora Aterpa M. Martins S.A. ("**Escritura**"), nos termos e condições abaixo:

## 1. AUTORIZAÇÃO

1.1. A emissão das Debêntures (definidas na cláusula 3.5.1 abaixo) ("**Emissão**") e a oferta pública de distribuição das Debêntures com esforços restritos de colocação ("**Oferta Restrita**"), nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("**Instrução CVM 476**"), são realizadas com base na deliberação da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora ("**AGE**") e da Reunião do Conselho de Administração da Emissora ("**RCA**"), ambas realizadas em 06 de maio de 2014,

3



nos termos do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social da Emissora.

**1.2.** As garantias reais de (i) cessão fiduciária de direitos creditórios e cessão fiduciária das contas vinculadas, observado o disposto na Cláusula 4.1.8 abaixo, foram outorgadas, pela Emissora, com base na RCA, pela J. Dantas, com base na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 06 de maio de 2014 ("AGE J. Dantas") e pela Sonel, com base na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 06 de maio de 2014 ("AGE Sonel") e (ii) alienação fiduciária de bem imóvel, observado o disposto na Cláusula 4.1.8 abaixo, foram outorgadas, pela LASA, com base na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 06 de maio de 2014 ("AGE LASA", que, em conjunto com a AGE J. Dantas e AGE Sonel, denominadas as "Aprovações das Intervenientes Garantidoras").

**1.3.** A garantia fidejussória outorgada pelos Fiadores no âmbito da Emissão é concedida com base nas deliberações da Reunião de Sócios da MIB, realizada em 06 de maio de 2014 ("RS MIB") e da Reunião de Sócios da SAF, realizada em 06 de maio de 2014 ("RS SAF") e das Aprovações das Intervenientes Garantidoras.

## **2. DOS REQUISITOS**

**2.1.** A Emissão será realizada com observância dos seguintes requisitos:

### **2.1.1. Arquivamento e Publicação das Deliberações**

**2.1.1.1.** As atas da AGE e da RCA de que trata a Cláusula 1.1 acima serão arquivadas na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais ("JUCEMG") e publicadas no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais ("DOEMG") e no jornal Diário do Comércio, nos termos do artigo 62, inciso I e artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações.

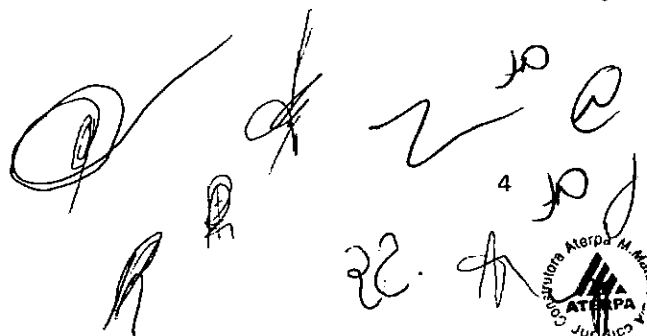
**2.1.1.2.** As Aprovações das Intervenientes Garantidoras mencionadas na Cláusula 1.2 acima serão arquivadas na JUCEMG e publicadas no DOEMG e no jornal Diário do Comércio.

**2.1.1.3.** As atas das RS MIB e RS SAF de que trata a Cláusula 1.3 acima serão arquivadas na JUCEMG.

### **2.1.2. Arquivamento da Escritura**

**2.1.2.1.** Esta Escritura e seus eventuais aditamentos deverão ser arquivados na JUCEMG, de acordo com o disposto no artigo 62, inciso II, e seu parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações.

### **2.1.3. Registro na CVM**

The block contains several handwritten signatures in black ink. At the bottom right, there is a circular stamp of the Junta Comercial do Estado de Minas Gerais (JUCEMG) with the text 'CONSTRUTORA ATERPA M. MARTINS S/A' and 'JUCEMG'.



**2.1.3.1.** A presente Emissão está automaticamente dispensada de registro de distribuição na CVM, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM 476, por se tratar de oferta pública de valores mobiliários com esforços restritos de colocação.

#### **2.1.4. Registro na CETIP S.A. – Mercados Organizados**

**2.1.4.1.** As Debêntures serão registradas para: (a) distribuição pública no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados, sendo a distribuição liquidada financeiramente através da CETIP; e (b) negociação, observado o disposto nas Cláusulas 3.8.2 a 3.8.4 abaixo, no mercado secundário por meio do Cetip21 – Títulos e Valores Mobiliários (“Cetip21”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP. Alternativamente, as Debêntures poderão ser mantidas em registro no Escriturador Mandatário.

#### **2.1.5. Registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”)**

**2.1.5.1.** A presente Oferta Restrita será objeto de registro na ANBIMA, nos termos do artigo 1º, parágrafo 1º e 2º, inciso I do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, em vigor desde 03 de fevereiro de 2014, exclusivamente para fins de informar a base de dados, condicionado o cumprimento da obrigação à expedição de diretrizes específicas.

#### **2.1.6. Registro do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios**

**2.1.6.1.** O Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios (conforme abaixo definido) deverá ser registrado no(s) competente(s) Cartório(s) de Registro de Títulos e Documentos da(s) Cidade(s) de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais e Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, sendo uma via devidamente registrada entregue ao Agente Fiduciário nos prazos e condições estabelecidos no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios.

#### **2.1.7. Registro do Contrato de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel**

**2.1.7.1.** O Contrato de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel (conforme definido abaixo) deverá ser registrado no 1º Cartório de Registro de Imóveis da Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, sendo uma via do referido contrato devidamente registrada, acompanhada de certidão de matrícula atualizada do imóvel objeto dessa garantia, entregue ao Agente Fiduciário, nos prazos e condições estabelecidos no Contrato de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel.

- 12362

7/5



### 2.1.8. Registro da Escritura

2.1.8.1. Esta Escritura deverá ser registrada nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das Cidades de Belo Horizonte, Nova Lima e Brumadinho, todas no Estado de Minas Gerais, e na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, sendo uma via devidamente registrada entregue ao Agente Fiduciário, nos prazos e condições estabelecidos na Cláusula 4.1.9.14 abaixo.

## 3. DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

### 3.1. Objeto Social da Emissora

3.1.1. A Emissora tem por objeto social a prestação dos serviços de construção civil, industrial, rodoviária, ferroviária, portuária, tuneis, habitacional, dragagem e obras de arte especiais; serviços gerais em área de exploração de jazidas de minério, incluindo escavação, carga e transporte de material; a geração e distribuição de energia elétrica; empreendimentos imobiliários; participação em concessões de serviços públicos, urbanização e o saneamento, alcançando este a coleta de lixo, o aterro sanitário e quaisquer outros serviços de limpeza urbana e industrial; a locação e exploração de áreas para estacionamento de veículos; a participação em outras empresas.

### 3.2. Número da Emissão

3.2.1. Esta é a 4ª (quarta) emissão de debêntures da Emissora.

### 3.3. Número de Séries

3.3.1. A Emissão será realizada em série única.

### 3.4. Montante da Emissão

3.4.1. O montante total da emissão será de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).

### 3.5. Quantidade de Debêntures

3.5.1. Serão emitidas 5.000 (cinco mil) debêntures ("Debêntures").

### 3.6. Banco Liquidante e Escriturador Mandatário

3.6.1. Banco Liquidante: O Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com escritório na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha 100, Torre Olavo Setubal, inscrita





no CNPJ/MF sob nº 60.701.190/0001 04, prestará os serviços de banco liquidante das Debêntures ("Banco Liquidante").

**3.6.2. Escriturador Mandatário:** A Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima 3400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº 61.194.353/0001-64, prestará os serviços de escrituração das Debêntures ("Escriturador Mandatário").

### **3.7. Destinação dos Recursos**

**3.7.1.** Os recursos captados através desta Emissão serão destinados ao reforço do capital de giro da Companhia e ao alongamento do perfil da dívida da Companhia, incluindo, mas não limitado, ao pré-pagamento da Cédula de Crédito Bancário nº 044/14, emitida em favor do Banco BTG Pactual S.A., no montante de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), em 25 de março de 2014.

### **3.8. Registro para Distribuição e Negociação**

**3.8.1.** As Debêntures serão registradas: (i) para distribuição no mercado primário por meio do MDA; e (ii) para negociação em mercado secundário por meio do Cetip21, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP, sendo a custódia eletrônica das Debêntures e a liquidação financeira realizadas por meio da CETIP.

**3.8.2.** As Debêntures somente poderão ser negociadas em mercado de balcão organizado depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, nos termos dos artigos 13 a 15 da Instrução CVM 476, e observado o cumprimento, pela Emissora, do artigo 17 da referida Instrução. Observado o disposto no artigo 4º, incisos I e II, da Instrução CVM 476, somente investidores qualificados ("Investidores Qualificados"), nos termos da definição da Instrução da CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Instrução CVM 409"), poderão subscrever ou adquirir as Debêntures, ressalvado o disposto no Parágrafo 1º do artigo 15 da Instrução CVM 476.

**3.8.3.** Conforme definidos no artigo 109 da Instrução CVM 409, são Investidores Qualificados: (i) instituições financeiras; (ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (iv) pessoas físicas ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio; (v) fundos de investimento destinados exclusivamente a investidores qualificados; (vi) administradores de carteira e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; e (vii) regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios.



**3.8.4.** Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da presente Oferta Restrita: (i) todos os fundos de investimento serão considerados Investidores Qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (ii) as pessoas naturais e jurídicas que investirem nas Debêntures deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures no montante mínimo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

### **3.9. Colocação e Procedimento de Distribuição**

**3.9.1.** As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de colocação, sob o regime de garantia firme de subscrição das Debêntures, com intermediação do Banco BTG Pactual S.A. ("Coordenador Líder"), instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, por meio do módulo MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a liquidação financeira de acordo com os procedimentos da CETIP.

**3.9.2.** Sem prejuízo do disposto acima, no âmbito da Emissão: (i) somente será permitida a procura de, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, pelo Coordenador Líder; e (ii) as Debêntures somente poderão ser subscritas por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, nos termos do artigo 3º da Instrução CVM 476.

**3.9.3.** No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando estar ciente, entre outras coisas, de que: (i) a Emissão não foi registrada perante a CVM; e (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na Instrução CVM 476 e nesta Escritura.

**3.9.4.** Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder aos Investidores Qualificados interessados em adquirir Debêntures no âmbito da Emissão, bem como não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica.

**3.9.5.** Não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.

## **4. DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES**

### **4.1. Características da Emissão**

#### **4.1.1. Valor Nominal Unitário**



**4.1.1.1.** O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) na Data de Emissão (conforme definida abaixo) ("Valor Nominal" ou "Valor Nominal Unitário").

**4.1.2. Data de Emissão**

**4.1.2.1.** Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 12 de maio de 2014 ("Data de Emissão").

**4.1.3. Prazo e Data de Vencimento**

**4.1.3.1.** O vencimento final das Debêntures ocorrerá ao término do prazo de 36 (trinta e seis) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 12 de maio de 2017 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado previstas na Cláusula 5.3 abaixo e resgate antecipado da totalidade das Debêntures, em conformidade com a Cláusula 5 abaixo. Na ocasião do vencimento, a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures que ainda estejam em circulação pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração devida, calculada conforme Cláusula 4.4 abaixo, e de eventuais Encargos Moratórios.

**4.1.4. Forma e Emissão de Certificados**

**4.1.4.1.** As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem a emissão de certificados ou cautelas.

**4.1.5. Comprovação de Titularidade das Debêntures**

**4.1.5.1.** Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP em nome do debenturista, quando estes títulos estiverem custodiados eletronicamente na CETIP.

**4.1.6. Não Conversibilidade**

**4.1.6.1.** As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

**4.1.7. Espécie**

**4.1.7.1.** As Debêntures serão da espécie com garantia real, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações.



#### 4.1.8. Garantias Reais

##### 4.1.8.1. As Debêntures contam com as seguintes garantias reais:

- (i) alienação fiduciária de bem imóvel de propriedade da LASA, avaliado em R\$ 20.490.000,00 (vinte milhões, quatrocentos e noventa mil reais), nos termos do Instrumento Particular de Alienação Fiduciária em Garantia de Bem Imóvel e Outras Avenças, celebrado em 12 de maio de 2014 entre a Emissora, a LASA e o Agente Fiduciário ("Contrato de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel"); e
- (ii) cessão fiduciária de todos e quaisquer direitos, presentes e/ou futuros, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, que possam ser objeto de cessão fiduciária em garantia de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis, incluindo, sem limitar, (i) todos os direitos creditórios e quaisquer recursos, atuais ou futuros, decorrentes dos instrumentos contratuais identificados no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios (conforme abaixo definido); e (ii) todos os direitos, presentes e futuros, detidos pela Emissora, pela J. Dantas e pela Sonel em relação às Contas Vinculadas (conforme abaixo definido), nas quais serão depositados os direitos creditórios acima referidos, nos termos do Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia e Outras Avenças, celebrado em 12 de maio de 2014 entre a Emissora, a J. Dantas, Sonel e o Agente Fiduciário ("Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios") e, em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel, os "Contratos de Garantia".

#### 4.1.9. Garantia Fidejussória

4.1.9.1. Para assegurar o cumprimento das obrigações pecuniárias, principais e acessórias, assumidas nesta Escritura, os Fiadores prestam fiança ("Fiança") em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se, em caráter irrevogável e irretratável, como fiadores e principais pagadores, solidariamente responsáveis com a Emissora, dos valores devidos nos termos desta Escritura, conforme os termos e condições abaixo.

4.1.9.2. Os Fiadores declaram-se e obrigam-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, fiadores, responsáveis solidariamente à Emissora como principais pagadores do Valor Garantido (conforme definido abaixo) oriundo das Debêntures desta Emissão, nos termos desta Escritura e em conformidade com os artigos 275 e seguintes e 818 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002 ("Código Civil").

4.1.9.3. Os Fiadores, nos termos do artigo 828, I e II, do Código Civil, renunciam, desde já, aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de desoneração previstos nos artigos 366, 821, 827, 829, 830, 834, 835, 837, 838 e 839 do Código Civil e 77 e 595 da Lei 5.869 de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada



("Código de Processo Civil").

**4.1.9.4.** O valor da Fiança é limitado ao valor total das obrigações inerentes à Emissão, o qual inclui: (i) o Valor Nominal das Debêntures, acrescido da Remuneração e dos Encargos Moratórios, se for o caso, calculados nos termos desta Escritura; bem como (ii) todas as despesas razoáveis acessórias ao principal, inclusive as despesas judiciais, honorários e despesas com assessor legal, honorários e despesas com Agente Fiduciário incorridas em suas funções de proteção dos interesses dos Debenturistas, inclusive no caso de excussão das garantias, Banco Liquidante, Escriturador Mandatário, CETIP e verbas indenizatórias, quando houver, nos termos do artigo 822 do Código Civil ("Valor Garantido"). Todo e qualquer pagamento realizado pelos Fiadores em relação à Fiança ora prestada será efetuado livre e líquido, sem a dedução de quaisquer tributos, impostos, taxas, contribuições de qualquer natureza, encargos ou retenções, presentes ou futuros, bem como de quaisquer juros, multas ou demais exigibilidades fiscais, exceto nas hipóteses de retenção direta na fonte.

**4.1.9.5.** O Valor Garantido será pago pelos Fiadores, independentemente de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Emissora venha a ter ou exercer em relação às suas obrigações, em até 2 (dois) dias úteis após recebimento de notificação por escrito do Agente Fiduciário aos Fiadores, emitida nos termos desta Escritura, que deverá ser acompanhada, quando aplicável, de comprovantes das despesas incorridas. Tal notificação deverá ser emitida pelo Agente Fiduciário em até 1 (um) dia útil contado da verificação da falta de pagamento pela Emissora de qualquer valor devido em relação às Debêntures na data de pagamento definida na presente Escritura. O pagamento deverá ser realizado fora do âmbito da CETIP e de acordo com instruções razoáveis recebidas do Agente Fiduciário.

**4.1.9.6.** Fica facultado aos Fiadores efetuar pagamento de obrigação inadimplida pela Emissora, independentemente do recebimento de notificação do Agente Fiduciário, inclusive, durante eventual prazo de cura estabelecido nesta Escritura, hipótese em que o inadimplemento da Emissora será sanado pelos Fiadores.

**4.1.9.7.** Os Fiadores sub-rogar-se-ão nos direitos dos Debenturistas caso venham a honrar, total ou parcialmente, a fiança objeto desta cláusula, até o limite da parcela da dívida efetivamente honrada, sendo certo que os Fiadores obrigam-se a somente exigir tais valores da Emissora após os Debenturistas terem recebido integralmente o Valor Garantido.

**4.1.9.8.** A presente Fiança entrará em vigor na Data de Emissão e permanecerá válida em todos os seus termos até a data do integral cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos da presente Escritura.

**4.1.9.9.** Os Fiadores declaram e garantem que: (i) a prestação desta Fiança foi devidamente autorizada por seus respectivos órgãos societários competentes; e (ii) todas as autorizações necessárias para

11



prestação desta Fiança foram obtidas e se encontram em pleno vigor.

**4.1.9.10.** Cabe ao Agente Fiduciário, conforme função que lhe é atribuída por esta Escritura e pela Lei das Sociedades por Ações, requerer a execução judicial ou extrajudicial da Fiança prevista nesta Escritura, uma vez verificada qualquer hipótese de insuficiência de pagamento de quaisquer valores, principais ou acessórios, devidos pela Emissora nos termos desta Escritura.

**4.1.9.11.** Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução da Fiança em favor dos Debenturistas não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui previsto, podendo a Fiança ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente, quantas vezes forem necessárias até a integral liquidação do Valor Garantido, devendo o Agente Fiduciário, para tanto, notificar imediatamente a Emissora e os Fiadores.

**4.1.9.12.** A presente Fiança permanecerá válida ainda que (i) qualquer termo, disposição ou avença constante da presente Fiança, desta Escritura seja considerada inexecutável, inválida ou ilegal; (ii) haja a ocorrência de qualquer alteração na estrutura societária ou estado civil, conforme o caso, dos Fiadores ou da Emissora; (iii) o Agente Fiduciário aceite pagamento parcial de qualquer obrigação da Emissora ou dos Fiadores, ou (iv) nas hipóteses de insolvência, recuperação judicial ou extrajudicial ou falência da Emissora ou de qualquer dos Fiadores, conforme o caso.

**4.1.9.13.** Fica desde já certo e ajustado que, até as respectivas datas de vencimento e durante eventual prazo de cura especificamente estipulado nesta Escritura, a Emissora é a única responsável pelo pagamento de qualquer valor e pelas obrigações acessórias estabelecidas nesta Escritura, exceto se de outra forma expressamente aqui pactuado. Não obstante, no caso de inadimplemento, pela Emissora, de qualquer pagamento, nos termos desta Escritura, os Fiadores tornar-se-ão responsáveis pelo referido pagamento, nos termos da Cláusula 4.1.9.2 acima.

**4.1.9.14.** Em virtude da Fiança prestada pelos Fiadores, a presente Escritura será protocolada nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das Cidades de Belo Horizonte, Nova Lima e Brumadinho, todas no Estado de Minas Gerais, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data de registro da presente Escritura na JUCEMG. No prazo de 7 (sete) dias úteis após o registro em cartório, a Emissora encaminhará ao Agente Fiduciário uma via original devidamente registrada.

## **4.2. Subscrição, Integralização e Forma de Pagamento**

**4.2.1.** As Debêntures serão subscritas e integralizadas, por meio do MDA, à vista, em uma mesma data, ("Data de Integralização") e em moeda corrente nacional, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP, sendo que as Debêntures serão integralizadas pelo Valor Nominal Unitário, conforme definido na Cláusula 4.1.1.1 acima.

12

12302

14  
57

#### 4.3. Atualização Monetária do Valor Nominal Unitário

4.3.1. Não haverá atualização monetária do Valor Nominal Unitário das Debêntures.

#### 4.4. Remuneração

##### 4.4.1. Cálculo e Forma de Pagamento da Remuneração

4.4.1.1. Sobre o saldo do Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cento por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias das Taxas DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, Over Extra-Grupo (“Taxa DI”), expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>), acrescida de uma sobretaxa de 4,00% (quatro inteiros por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis (“Remuneração”).

4.4.1.2. A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis corridos, desde a Data de Integralização ou da última data de pagamento da Remuneração, conforme o caso, paga ao final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo), de acordo com a fórmula abaixo:

$$J = VNe \times (Fator \text{ de Juros} - 1)$$

onde:

“J”: valor da Remuneração relativa a cada uma das Debêntures, acumulada no período, devida no final de cada Período de Capitalização, calculado com 8(oito) casas decimais sem arredondamento;

“VNe”: Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

“Fator de Juros”: Fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread*, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, a partir da data de início do Período de Capitalização, até a data do término do Período de Capitalização, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

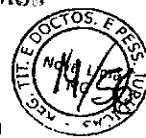
$$Fator \text{ de Juros} = (FatorDI \times FatorSpread)$$

onde:

“FatorDI”: corresponde ao produtório das Taxas DI-Over, com uso de percentual aplicado da data de início de cada Período de Capitalização, inclusive, até a data de término de cada Período de

13

1.362



Capitalização, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n (1 + TDI_k);$$

onde:

"n": número total de Taxas DI-Over consideradas na apuração da Taxa-DI, sendo "n" um número inteiro; e

"TDI<sub>k</sub>": Taxa DI-Over, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1;$$

onde:

"k": número de ordem das Taxas DI-Over, variando de 1 até "n";

"DI<sub>k</sub>": Taxa DI-Over, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

"Fator Spread": Sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Fator Spread} = \left[ \left( \frac{\text{sobretaxa}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right];$$

onde:

"sobretaxa": 4,0000;

"DP": número de dias úteis entre a Data de Integralização ou o último evento de pagamento, conforme o caso, e a data de cálculo, sendo 'DP' um número inteiro;

observado, ainda:

(A) O fator resultante da expressão  $(1 + TDI_k)$  deve ser considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais sem arredondamento, assim como seu produtório;

(B) Efetua-se o produtório dos fatores diários  $(1 + TDI_k)$ , sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;

14





(C) A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo, salvo quando expressamente indicado de outra forma; e

(D) Se os fatores diários estiverem acumulados, considerar-se-á o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento.

**4.4.1.3. "Período de Capitalização"** significa, para o primeiro Período de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Integralização, e termina na data prevista para o primeiro pagamento de Remuneração, conforme previsto na Cláusula 4.4.1.4 abaixo. Para os demais Períodos de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, e termina na data de pagamento da Remuneração subsequente, conforme previsto na Cláusula 4.4.1.4. abaixo. Cada Período de Capitalização sucede o anterior, sem solução de continuidade até a Data de Vencimento.

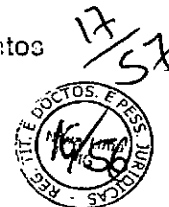
**4.4.1.4.** A Remuneração será calculada na forma da Cláusula 4.4.1 acima, paga mensalmente a partir da Data de Emissão, sempre no dia 12 de cada mês, ocorrendo o primeiro pagamento em 12 de junho de 2014 e o último na Data de Vencimento das Debêntures.

**4.4.1.5.** Se na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP, será aplicada, em sua substituição, na apuração de  $TDI_k$  a última Taxa  $DI_k$  divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável.

**4.4.1.6.** Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos da data esperada para a sua divulgação ou na hipótese de extinção, limitação ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de até 2 (dois) dias úteis contados da data de término do prazo de qualquer um dos eventos previstos no início desta Cláusula, convocar assembleia geral dos Debenturistas ("Assembleia de Debenturistas" ou "Assembleia Geral dos Debenturistas"), na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura, para que os titulares das Debêntures deliberem, em comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, sobre o novo parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação do novo parâmetro de atualização, será aplicada, na apuração de  $TDI_k$  a última Taxa  $DI_k$  divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os titulares das Debêntures quando da deliberação do novo parâmetro de atualização para as Debêntures.

**4.4.1.7.** Caso a Taxa  $DI_k$  venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia de Debenturistas, a referida Assembleia de Debenturistas não será mais realizada, e a Taxa  $DI_k$  a partir de sua divulgação, passará a ser utilizada para o cálculo da Remuneração, permanecendo a última Taxa DI conhecida anteriormente a ser utilizada até a data de divulgação.

15



**4.4.1.8.** Caso não haja acordo sobre o novo índice para o cálculo da Remuneração entre a Emissora e os titulares das Debêntures representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, conforme definido na Cláusula 8.8.3 abaixo, a Emissora se obriga, desde já, a resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, com seu consequente cancelamento, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia de Debenturistas, mediante pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures devidamente atualizado e acrescido da Remuneração e encargos devidos e não pagos até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou da última data de pagamento da Remuneração, conforme o caso.

**4.4.1.9.** Caso a taxa de Remuneração das Debêntures substituta referida na Cláusula 4.4.1.6 acima seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a mesma base utilizada pela Taxa DI.

#### **4.5. Repactuação**

**4.5.1.** Não haverá repactuação programada das Debêntures.

#### **4.6. Pagamento do Principal**

**4.6.1.** O Valor Nominal Unitário das Debêntures será pago em 30 (trinta) parcelas mensais e consecutivas, sendo a primeira parcela devida após 7 (sete) meses contados da Data de Emissão ("Prazo de Carência"), ou seja, em 12 de dezembro de 2014, e a última parcela na Data de Vencimento, conforme cronograma de amortização a seguir:

<b>Datas da Amortização</b>	<b>Percentual do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures a ser Amortizado</b>
12/12/2014	3.33%
12/01/2015	3.44%
12/02/2015	3.57%
12/03/2015	3.70%
12/04/2015	3.84%
12/05/2015	4.00%
12/06/2015	4.16%
12/07/2015	4.34%
12/08/2015	4.54%
12/09/2015	4.76%
12/10/2015	4.99%

$$\frac{18}{57}$$


12/11/2015	5.25%
12/12/2015	5.55%
12/01/2016	5.87%
12/02/2016	6.24%
12/03/2016	6.65%
12/04/2016	7.13%
12/05/2016	7.67%
12/06/2016	8.31%
12/07/2016	9.07%
12/08/2016	9.97%
12/09/2016	11.07%
12/10/2016	12.45%
12/11/2016	14.22%
12/12/2016	16.58%
12/01/2017	19.88%
12/02/2017	24.81%
12/03/2017	33.00%
12/04/2017	49.26%
12/05/2017	Saldo

#### 4.7. Condições de Pagamento

#### 4.7.1. Local de Pagamento e Imunidade Tributária

**4.7.1.1.** Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados: (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente na Cetip; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente na Cetip: (a) na sede da Emissora ou do Banco Liquidante; ou (b) conforme o caso, pela instituição financeira contratada para este fim.

**4.7.1.2.** Caso qualquer debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante, com cópia para a Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para quaisquer dos pagamentos relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos, decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

#### 4.7.2. Prorrogação dos Prazos

**4.7.2.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação**

17

por quaisquer das Partes, até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, sem o acréscimo de quaisquer encargos aos valores a serem pagos, se a data de vencimento da respectiva obrigação, conforme as Debêntures estejam custodiadas, (i) coincidir com dia em que não haja expediente bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para pagamentos a serem realizados fora do sistema CETIP; e (ii) coincidir com sábado, domingo ou feriado declarado nacional, para pagamentos que devam ser realizados através da CETIP.

#### 4.7.3. Encargos Moratórios

4.7.3.1. Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão atualizados pela variação da taxa média diária dos depósitos interfinanceiros denominada "Taxa DI over extra-grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário disponível em sua página da Internet (<http://www.cetip.com.br>), acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (em conjunto, "Encargos Moratórios").

#### 4.7.4. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

4.7.4.1. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.7.3.1 acima, o não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento da Remuneração e/ou Encargos Moratórios decorrentes do atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento de Remuneração e/ou Amortização Extraordinária e/ou Resgate Antecipado Facultativo Total (conforme abaixo definidos).

#### 4.8. Publicidade

18



**4.8.1.** Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas, serão publicados no DOEMG e no jornal Diário do Comércio, conforme estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, observadas as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da Emissão e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação na mesma data da sua realização.

## **5. AQUISIÇÃO ANTECIPADA FACULTATIVA, AMORTIZAÇÃO ANTECIPADA FACULTATIVA OU RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO TOTAL E VENCIMENTO ANTECIPADO**

### **5.1. Aquisição Antecipada Facultativa**

**5.1.1.** Observada a restrição para negociação das Debêntures prevista na Cláusula 3.8.2 acima, a Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação por preço não superior ao seu Valor Nominal acrescido da Remuneração e dos Encargos Moratórios, se for o caso, observado o disposto no artigo 55, § 3º, I e II da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures objeto deste procedimento poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas em mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures que ainda estiverem em circulação.

### **5.2. Amortização Extraordinária ou Resgate Antecipado Facultativo Total**

**5.2.1.** A Emissora poderá realizar, a qualquer tempo, (i) a amortização extraordinária das Debêntures, limitando-se a 98% (noventa e oito por cento) do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures ("Amortização Extraordinária") ou (ii) o resgate antecipado da totalidade das Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo Total"), observadas as condições das cláusulas abaixo.

**5.2.2.** A Amortização Extraordinária e o Resgate Antecipado Facultativo Total deverão ser precedidos de notificação por escrito ao Agente Fiduciário e de publicação de Aviso aos Debenturistas, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias à realização da Amortização Extraordinária ("Notificação da Amortização Extraordinária") ou do Resgate Antecipado Facultativo Total ("Notificação do Resgate Antecipado Facultativo Total").

**5.2.3.** A Emissora deverá comunicar, através de correspondência com o "ciente" do Agente Fiduciário, a CETIP e o Banco Liquidante acerca da realização de Amortização Extraordinária ou do Resgate Antecipado Facultativo Total com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência da data estipulada para o pagamento da Amortização Extraordinária ou do Resgate Antecipado Facultativo Total. O pagamento das Debêntures amortizadas ou resgatadas será feito por meio dos procedimentos adotados pela CETIP.

19



para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP e, nas demais hipóteses, por meio do Banco Liquidante e Escriturador Mandatário.

5.2.4. O valor da amortização ou do resgate antecipado devido pela Emissora será equivalente ao saldo do Valor Nominal Unitário a ser amortizado ou resgatado acrescido da Remuneração devida na referida data de amortização ou resgate e dos demais encargos devidos e não pagos e do prêmio descrito na Cláusula 5.2.4.1 abaixo ("Valor da Amortização Extraordinária", "Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total", "Data da Amortização Extraordinária" e "Data do Resgate Antecipado Facultativo Total", respectivamente), observado ainda o disposto na Cláusula 5.2.4.1 abaixo.

5.2.4.1. Caso a Emissora realize a Amortização Extraordinária ou o Resgate Antecipado Facultativo Total, será devido um prêmio de 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) até 12 de dezembro de 2015, inclusive, e igual a 0,5% (cinco décimos por cento) a partir de 13 de dezembro de 2015 até a Data de Vencimento das Debêntures ("TQA"), conforme a seguinte fórmula:

$$SLA = VB_{LA} * (Fator_{DI_{LA}} * Fator_{Spread_{LA}}) * (1 + TQA)^{\frac{j}{252}}$$

onde e para cujos fins:

"SLA" é o Saldo de Liquidação Antecipada;

"VB<sub>LA</sub>" é a soma simples das parcelas de principal ainda não pagas;

"Período<sub>LA</sub>" é o período compreendido entre a Data de Integralização ou data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e a Data de Liquidação Antecipada.

"Fator<sub>DI<sub>LA</sub></sub>" é o fator acumulado das Taxas DI no Período<sub>LA</sub>\*, com arredondamento na oitava casa decimal, calculado pela seguinte fórmula:

$$Fator_{DI_{LA}} = \prod_{k=1}^w (Taxa_{DI_k} + 1)^{\frac{1}{252}}, \text{ onde:}$$

"Taxa<sub>DI<sub>k</sub></sub>" é a Taxa DI referente ao k-ésimo dia do Período<sub>LA</sub>;

"w" é o número de Taxas DI divulgadas e de dias úteis compreendidos no Período<sub>LA</sub>;

"Fator<sub>Spread<sub>LA</sub></sub>" é fator acumulado da Taxa Spread calculado para o Período<sub>LA</sub>\* com arredondamento na nona casa decimal, pela seguinte fórmula:

$$Fator_{Spread_{LA}} = (1 + Juros)^{\frac{w}{252}}$$

"Juros" expresso na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

20



"TQA" igual a 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) até o dia 12 de dezembro de 2015, inclusive, e igual a 0,5% (cinco décimos por cento) a partir de 13 de dezembro de 2015 até a Data de Vencimento das Debêntures.

"j" é o número de dias úteis entre a Data de Liquidação Antecipada e a Data de Vencimento da Debênture.

**5.2.5.** A Notificação da Amortização Extraordinária e a Notificação do Resgate Antecipado Facultativo Total a ser encaminhada ao Agente Fiduciário, assim como o Aviso aos Debenturistas, deverão conter: (i) a data da realização da Amortização Extraordinária ou do Resgate Antecipado Facultativo Total, conforme o caso; (ii) o percentual do saldo devedor das Debêntures a ser amortizado, na hipótese de Amortização Extraordinária, ou o Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total, na hipótese de Resgate Antecipado Facultativo Total; (iii) o procedimento a ser adotado para a realização da Amortização Extraordinária ou do Resgate Antecipado Facultativo Total; e (iv) o percentual do prêmio que será aplicado e (v) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização da Amortização Extraordinária ou do Resgate Antecipado Facultativo Total.

**5.2.6.** A Amortização Extraordinária deverá ser realizada na data indicada na Notificação da Amortização Extraordinária, e deverá abranger proporcionalmente todas as Debêntures em Circulação, utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

**5.2.7.** As Amortizações Extraordinárias, se houver, deverão ser realizadas nas mesmas datas de pagamento da Remuneração conforme tabela da Cláusula 5.2.4.1 acima ou nas mesmas datas de pagamento das Amortizações conforme Cláusula 4.6.1 acima.

**5.2.8.** Em caso de Resgate Antecipado Facultativo Total, as Debêntures serão canceladas.

### **5.3. Vencimento Antecipado**

#### **5.3.1. Hipóteses de vencimento antecipado**

**5.3.1.1.** O Agente Fiduciário deverá, observado o disposto nas Cláusulas 5.3.1.2 e 5.3.1.3 abaixo, declarar antecipada e automaticamente vencidas e imediatamente exigíveis, independente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento, pela Emissora do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures acrescido da Remuneração e dos Encargos Moratórios, se houver, calculados *pro rata temporis* a partir da Data de Integralização ou data do último pagamento, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos ("Eventos de Inadimplemento"):

a) inadimplemento pela Emissora de qualquer obrigação pecuniária devida nos termos desta



Escritura;

- b) inadimplemento, pela Emissora e/ou pelas Intervenientes Garantidoras e/ou pelos Fiadores, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura e/ou nos Contratos de Garantia, desde que tal descumprimento não seja sanado no prazo de 10 (dez) dias corridos contados da data prevista para seu cumprimento ou contado do respectivo descumprimento, sendo que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo de cura específico nesta Escritura ou nos Contratos de Garantia;
- c) inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária pela Emissora e/ou pelas Intervenientes Garantidora e/ou por qualquer dos Fiadores, no valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas;
- d) vencimento antecipado de quaisquer dívidas bancárias ou de mercado de capitais da Emissora e/ou das Intervenientes Garantidoras e/ou dos Fiadores;
- e) alteração do objeto social da Emissora e/ou das Intervenientes Garantidoras e/ou de qualquer dos Fiadores, conforme aplicável, de forma a alterar as suas atuais atividades principais ou a agregar a essas atividades novos negócios que tenham prevalência ou possam representar desvios em relação às atividades atualmente desenvolvidas, sem que haja anuência prévia por Debenturistas representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, manifestada em Assembleia de Debenturistas, especialmente convocada para esse fim;
- f) resgate ou amortização de ações da Emissora, redução do capital social da Emissora e/ou das Intervenientes Garantidoras e/ou dos Fiadores ou, ainda, reembolso de ações de acionistas da Emissora, nos termos do artigo 45 da Lei das Sociedades por Ações, exceto se: (i) quando houver anuência prévia por Debenturistas representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, manifestada em Assembleia de Debenturistas, especialmente convocada para esse fim; ou (ii) quando se tratar de resgate ou amortização de ações, redução do capital social ou reembolso de ações de acionistas da LASA;
- g) protesto de títulos de qualquer natureza contra a Emissora, com valor unitário ou agregado, igual ou superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas, salvo se, no prazo de 7 (sete) dias úteis, contados da ciência pela Emissora do referido protesto, seja validamente comprovado pela Emissora: (a) que houve a anulação ou sustação dos efeitos do protesto; (b) que o protesto foi cancelado; (c) que foram prestadas garantias em juízo para obstar o protesto; ou, ainda, (d) que o valor objeto do protesto foi devidamente quitado;
- h) pedido de recuperação judicial, extrajudicial ou autofalência formulado pela Emissora e/ou pelas Intervenientes Garantidoras e/ou pelos Fiadores, conforme o caso, independentemente do



12362



deferimento de seu processamento;

- i) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e/ou das Intervenientes Garantidoras e/ou Fiadores, conforme o caso, não elidido devidamente no prazo legal, assim como a ocorrência de qualquer ato da Emissora e/ou das Intervenientes Garantidoras e/ou Fiadores ou celebração, pelas referidas partes, de qualquer documento com a finalidade de aprovar, requerer, ajuizar ou anuir com a recuperação judicial ou extrajudicial, falência ou liquidação ou, ainda, ocorra a prática, pela Emissora e/ou das Intervenientes Garantidoras e/ou Fiadores, de quaisquer atos que, nos termos da legislação aplicável, sejam considerados como atos falimentares;
- j) liquidação, dissolução, extinção, ou insolvência da Emissora e/ou das Intervenientes Garantidoras e/ou dos Fiadores, conforme o caso;
- k) inscrição da Emissora e/ou das Intervenientes Garantidoras e/ou dos Fiadores em quaisquer cadastros dos órgãos de proteção ao crédito, inclusive, mas não se limitando ao SPC e SERASA, Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundo - CCF ou Sistema de Informações de Crédito do Banco Central, em razão de débitos cujo montante, individual ou agregado, seja cumulativamente (i) igual ou superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) e (ii) não seja extinto no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data da referida inscrição;
- l) fusão ou incorporação da Emissora, exceto se (i) aprovada anteriormente por Debenturistas representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, em Assembleia de Debenturistas, especialmente convocada para esse fim, ou (ii) for assegurado aos Debenturistas que o desejarem, o resgate das Debêntures, nos termos do artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações, pelo valor equivalente ao saldo devedor do Valor Nominal acrescido da Remuneração das Debêntures, calculada na forma da Cláusula 4.4.1.2 acima, desde a Data de Integralização ou da última data de pagamento da Remuneração das Debêntures até a data do efetivo pagamento do resgate, assim como o prêmio de resgate calculado nos termos da cláusula 5.2.4.1 acima;
- m) cisão da Emissora, exceto se (i) aprovada anteriormente por Debenturistas representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, em Assembleia de Debenturistas, especialmente convocada para esse fim ou (ii) for assegurado aos Debenturistas que o desejarem, o resgate das Debêntures, nos termos do artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações, pelo valor equivalente ao saldo devedor do Valor Nominal acrescido da Remuneração das Debêntures, calculada na forma da Cláusula 4.4.1.2 acima, desde a Data de Integralização ou da última data de pagamento da Remuneração das Debêntures até a data do efetivo pagamento do resgate, assim como o prêmio de resgate calculado nos termos da cláusula 5.2.4.1 acima;

Handwritten signatures and stamps, including a circular stamp with the number 23 and the text "ATENÇÃO" and "JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS".

- n) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos do artigo 220 da Lei das Sociedades por Ações, e observado o artigo 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- o) transferência, por qualquer meio, inclusive por alienação, do atual controle direto ou indireto da Emissora sem prévia e expressa aprovação de Debenturistas representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, manifestada em Assembleia Geral de Debenturistas, especialmente convocada para esse fim, entendendo-se por controle o estabelecido no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações;
- p) distribuição de dividendos, ressalvados os dividendos mínimos obrigatórios nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, ou juros sobre o capital próprio pela Emissora, caso a Emissora e/ou as Intervenientes Garantidoras e/ou os Fiadores estejam inadimplentes com suas obrigações pecuniárias descritas nesta Escritura e/ou nos Contratos de Garantia e/ou, no caso da Emissora, com os Índices Financeiros (conforme abaixo definidos), sem que haja anuência prévia dos Debenturistas manifestada em Assembleia de Debenturistas, especialmente convocada para esse fim;
- q) não manutenção, pela Emissora, a partir da Data de Emissão, dos seguintes índices financeiros a ser acompanhado semestralmente pelo Agente Fiduciário, com base em Demonstrações Financeiras Auditadas da Emissora (conforme abaixo definidas), relativas a 31 de dezembro de cada ano e em demonstrações financeiras semestrais não auditadas da Emissora, relativas a 30 de junho de cada ano, conforme o caso, até o vencimento final das Debêntures, iniciando-se com a divulgação das demonstrações financeiras da Emissora referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 ("Índices Financeiros"):-

- o índice obtido pela divisão de Dívida Líquida por EBITDA referentes aos 12 (doze) meses que antecederem a cada apuração não deverá ser superior a: (i) 3,00 vezes no mês de dezembro de cada ano. e (ii) 4,00 vezes no mês de junho de cada ano; e
- o índice obtido pela divisão de EBITDA por Despesa Financeira Líquida referentes aos 12 (doze) meses que antecederem a cada apuração não deverá ser inferior a 2,00 vezes.

Para os fins deste item (n), são utilizadas as definições abaixo:

"EBITDA" significa, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, o somatório do lucro líquido da Companhia antes de despesas financeiras líquidas, imposto de renda e contribuição social, amortização e depreciação do resultado não operacional, da equivalência patrimonial e da participação de acionistas minoritários. No caso de aquisição de

24



participação societária, o EBITDA será ajustado adicionando-se os últimos 12 (doze) meses da(s) sociedade(s) em que a Companhia tenha adquirido participação.

"Dívida Líquida" significa, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora, o somatório dos saldos das dívidas financeiras consolidadas da Emissora, incluindo mútuos, empréstimos, avais, financiamentos, cartas de crédito, arrendamentos mercantis, contratos de derivativos a mercado ou balcão, parcelamento de impostos, duplicatas descontadas com direito de regresso, junto a instituições financeiras e emissão de títulos de renda fixa, nos mercados local e/ou internacional, menos as disponibilidades em caixa, aplicações financeiras. Não será considerado como Dívida Líquida quaisquer instrumentos de dívida de emissão da Emissora (i) cujo pagamento do saldo devedor seja possível, a critério da Emissora, por meio da emissão de ações de seu capital; (ii) que sejam debêntures emitidas pela Emissora no âmbito de sua 3ª emissão de debêntures, de espécie quirografária, conversíveis em ações da Emissora ("3ª Emissão de Debêntures"), as quais foram integralmente subscritas e integralizadas pela LASA e/ou (iii) que sejam Dívidas em Project Finance (conforme abaixo definido). No caso de aquisição de participação societária, a Dívida Líquida será ajustada adicionando-se os valores referentes à(s) sociedade(s) que a Emissora tenha adquirido participação. Para evitar dúvidas, as debêntures conversíveis subscritas pelo Neo Capital FIP (abaixo definido) serão consideradas como dívida e só deixarão de contar como dívida quando, e se, houver a conversão das debêntures em ações da Emissora.

"Dívidas em Project Finance" significa (a) as linhas de financiamento com prazo maior do que 5 anos, oferecidas por bancos de fomento de forma direta e/ou indireta (via banco repassador) e cujos usos dos recursos estejam diretamente ligados ao plano de investimentos em capital imobilizado previstos nos editais das concessões; e (b) avais e/ou fianças oferecidas pela Emissora e/ou suas subsidiárias em garantia de Dívidas em Project Finance assumidas por outras sociedades do Grupo Aterpa (conforme abaixo definido). Para evitar dúvida, dívidas relacionadas a empréstimos de curto prazo, empréstimos-ponte e/ou afins para linhas de Project Finance, bem como avais e/ou fianças oferecidas como garantia em dívidas dessa natureza serão considerados para apuração da dívida líquida da Emissora.

"Despesa Financeira Líquida" significa, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora, as despesas financeiras menos as receitas financeiras, das quais deverão ser excluídos, para efeito da apuração dos compromissos financeiros e os juros sobre capital próprio. Incluindo deságio na cessão de direitos creditórios, custos de estruturação de operações bancárias ou de mercado de capitais, variações monetárias e cambiais passivas e despesas relacionadas a hedge/derivativos. A Despesa Financeira Líquida deverá ser apurada em módulo, se for negativa (caso as despesas financeiras sejam maiores que as receitas financeiras) e, se for positiva, será considerado 1 (caso as receitas financeiras sejam maiores que as despesas financeiras).

1362



"Demonstrações Financeiras Auditadas" significa as demonstrações financeiras da Emissora, relativas a 31 de dezembro de cada ano, auditadas por umas das seguintes auditorias independentes: (i) KPMG Auditores Independentes; (ii) Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes; (iii) Pricewaterhouse Coopers Auditores Independentes; ou (iv) Ernst&Young Terco.

- r) descumprimento de qualquer ordem de pagamento de quantia certa oriunda de decisão judicial transitada em julgado ou decisão arbitral definitiva contra a Emissora e/ou contra as Intervenientes Garantidoras e/ou contra os Fiadores, em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), ou seu valor equivalente em outras moedas convertido com base no câmbio da moeda estrangeira na data do descumprimento;
- s) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa a terceiros, pela Emissora e/ou pelas Intervenientes Garantidoras e/ou pelos Fiadores das obrigações assumidas nesta Escritura e/ou nos Contratos de Garantia sem prévia expressa anuência de Debenturistas representando 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, manifestada em Assembleia de Debenturistas especialmente convocada para este fim;
- t) a qualquer momento, provarem-se falsas ou revelarem-se enganosas ou incorretas, quaisquer declarações ou garantias prestadas pela Emissora e/ou pelas Intervenientes Garantidoras e/ou pelos Fiadores nesta Escritura e/ou em quaisquer documentos no âmbito da Oferta Restrita, inclusive nos Contratos de Garantia;
- u) caso esta Escritura ou os Contratos de Garantia sejam inexecutáveis, declarados nulos ou sem efeito, conforme sentença judicial transitada em julgado;
- v) não utilização, pela Emissora, dos recursos obtidos com a Emissão estritamente nos termos da Cláusula 3.7.1 acima;
- w) alienação ou desapropriação, confisco ou outra medida de qualquer autoridade governamental ou judiciária que implique perda dos bens e/ou direitos sobre os quais tenham sido constituídas garantias em favor dos Debenturistas, sem que haja substituição da garantia, por nova garantia previamente aprovada por Debenturistas representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação reunidos em Assembleia de Debenturistas convocada para esse fim em montante igual ao originalmente estabelecido, no prazo de 30 (trinta) dias contados da alienação ou da ciência da Emissora da medida governamental ou judiciária, sendo certo que é vedada a transferência voluntária, de qualquer forma, de tais bens e/ou direitos a terceiros, sob pena de vencimento antecipado das Debêntures;

26

13362



- x) a criação, incorrência ou assunção voluntária ou involuntária, pela Emissora, de qualquer ônus ou gravame sobre quaisquer bens, ativos ou direitos sobre os quais tenham sido constituídas garantias em favor dos Debenturistas;
- y) caso a (i) garantia real de alienação fiduciária de bem imóvel prevista na Cláusula 4.1.8.1, (ii) acima; (ii) garantia real de cessão fiduciária prevista na Cláusula 4.1.8.1, (ii) acima ou (iii) a garantia fidejussória prevista na Cláusula 4.1.9 acima, conforme o caso, por qualquer fato, tornem-se inábeis, ineficazes, nulas, inválidas ou impróprias para assegurar o cumprimento de qualquer das obrigações assumidas pelas Intervenientes Garantidoras e/ou pelos Fiadores, conforme o caso, nesta Escritura, desde que as referidas Garantias e/ou Fiança, conforme o caso, não sejam substituídas, reforçadas ou complementadas pela Emissora e/ou pelas Intervenientes Garantidoras e/ou pelos Fiadores, conforme o caso, por bens e/ou direitos previamente aprovados pelos Debenturistas, nos termos e prazos estabelecidos nesta Escritura e/ou nos Contratos de Garantia;
- z) não renovação, perda, revogação, cassação, extinção ou cancelamento de qualquer alvará, licença, autorização, concessão, permissão ou registro, cuja ausência cause a interrupção temporária ou permanente das atividades de unidades da Emissora e/ou das Intervenientes Garantidoras e/ou dos Fiadores;
- aa) a existência de sentença condenatória ou decisão judicial transitada em julgado desfavorável relativamente a atos praticados pela Emissora e/ou pelas Intervenientes Garantidoras e/ou pelos Fiadores relacionados a trabalho infantil, trabalho escravo ou crimes contra o meio ambiente;
- bb) ocorrência das hipóteses mencionadas nos artigos 333 e 1.425 do Código Civil;
- cc) celebração, por parte de quaisquer sociedades do Grupo Aterpa (conforme abaixo definido), de contratos de mútuos, na qualidade de mutuante ou mutuária, de adiantamentos para futuro aumento de capital ou de operações similares, na qualidade de devedora ou credora, com quaisquer pessoas físicas ou jurídicas que não sejam sociedades integrantes do Grupo Aterpa, ressalvadas as operações dessa natureza existentes na data de assinatura desta Escritura, assim como operações futuras limitadas, até a Data de Vencimento, ao valor total individual ou agregado de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), considerado na data de contratação das operações (valor histórico). Entende-se por "Grupo Aterpa", a Emissora, as Intervenientes Garantidoras e os Fiadores, e respectivos controladores, controladas e coligadas, diretos ou indiretos. Todos os contratos de mútuo, de adiantamentos para futuro aumento de capital ou de operações similares celebrados entre o Grupo Aterpa deverão conter indicação expressa de que os créditos relacionados a tais operações são subordinados a estas Debêntures, nos termos do artigo 83, VIII, da Lei nº 11.101,

.....  
.....  
.....  
.....  
.....  
.....  
.....  
.....





de 09 de fevereiro de 2005, conforme alterada;

- dd) qualquer forma de amortização, resgate e/ou liquidação antecipada das debêntures emitidas pela Emissora, no âmbito de sua (a) 1ª emissão de debêntures, da espécie quirografária, conversíveis em ações da Emissora, de titularidade do Neo Capital Mezanino Fundo de Investimento em Participações, inscrito no CNPJ/MF sob nº 10.720.618/0001-80 ("Neo Capital FIP") e/ou (b) 3ª emissão de debêntures, da espécie quirografária, conversíveis em ações da Emissora, de titularidade da LASA, exceto se a Emissora realizar aumento de capital em volume suficiente para a amortização, resgate e/ou liquidação antecipada das referidas debêntures. Neste caso, a Emissora deverá apresentar ao Agente Fiduciário cópia do referido ato societário que aprova o referido aumento de capital, devidamente registrado na JUCEMG, no prazo de até 20 (vinte) dias de sua celebração;
- ee) falecimento ou interdição de qualquer dos Fiadores, exceto no caso de a Emissora convocar e realizar em até 15 (quinze) Dias Úteis a contar do óbito, AGD especialmente convocada para deliberar sobre nova garantia fidejussória aos Debenturistas e que tal nova garantia fidejussória seja aprovada pelos Debenturistas na referida AGD;
- ff) alienação direta e indireta, total ou parcial, pela Emissora e/ou pelas Intervenientes Garantidoras e/ou por qualquer dos Fiadores, de ativos relevantes, incluindo mas sem se limitar a ativos operacionais, maquinário, equipamentos, direitos minerários e participação societária, cujos valores de alienação ultrapassem R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), exceto (i) se tais valores forem revertidos para investimentos na Emissora ou uma de suas coligadas e/ou controladas; ou (ii) se a alienação relacionar-se com reorganização societária das sociedades Fergumar - Ferro Gusa do Maranhão Ltda.; Ferguminas Siderurgia Ltda.; MML Mineração Ltda.; MIB; Piquiá Florestal Ltda.; Minas Empreendimentos Agroflorestais Ltda.; COPI - Companhia Operadora Portuária do Itaqui; União Mineração Ltda. e SCP Guajajaras e desde que os acionistas controladores finais das referidas sociedades, existentes na Data de Emissão, permaneçam os mesmos após as referidas reorganizações societárias;
- gg) encerramento extemporâneo das Contas Vinculadas abertas e mantidas pela Emissora, pela J. Dantas e pela Sonel para o depósito dos direitos creditórios e administração de garantias, nos termos do Contrato de Administração de Conta Vinculada, celebrado em 12 de maio de 2014, entre as Intervenientes Garantidoras, o Agente Fiduciário e o Banco BTG Pactual S.A., na qualidade de banco depositário das contas vinculadas, e do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, sem prévia e expressa anuência do Agente Fiduciário ("Contas Vinculadas"); e/ou
- hh) descumprimento da Reserva de Liquidez e/ou da Razão de Garantia, conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios.



28

Handwritten signatures and initials.



**5.3.1.2.** A ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento indicados nas alíneas a, b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p, s, u, v, x, ff, gg e hh da Cláusula 5.3.1.1 acima, e que não sejam sanados nos respectivos prazos de cura, quando estabelecidos, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de aviso, interpelação ou notificação, judicial ou extrajudicial. Neste caso, o Agente Fiduciário deverá declarar vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido.

**5.3.1.3.** Na ocorrência dos demais Eventos de Inadimplemento (que não sejam aqueles previstos na Cláusula 5.3.1.2 acima), o Agente Fiduciário deverá convocar uma Assembleia de Debenturistas, dentro de 48 (quarenta e oito) horas da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, para deliberar sobre eventual não declaração do vencimento antecipado das Debêntures, que dependerá do voto de Debenturistas representando, pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação. Em caso de não instalação, em segunda convocação, da referida Assembleia de Debenturistas, com a presença de Debenturistas representando 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em Circulação, o Agente Fiduciário deverá considerar vencidas antecipadamente todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido.

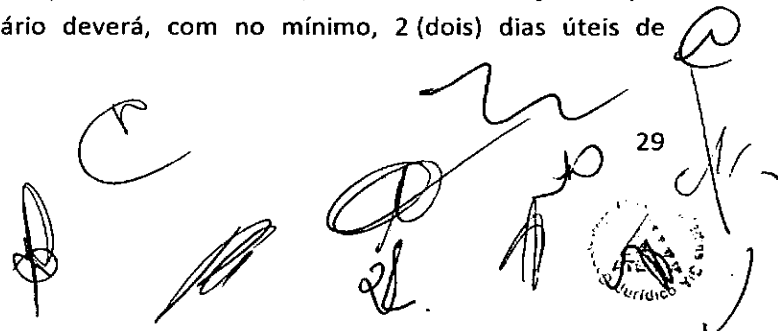
**5.3.2.** Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar, em até 1 (um) dia útil, carta protocolada informando tal evento: (a) à Emissora, às Intervenientes Garantidoras e aos Fiadores, com cópia à CETIP; (b) ao Banco Liquidante e Escriturador Mandatário; e (c) aos Debenturistas nas hipóteses de vencimento antecipado automático mencionadas na Cláusula 5.3.1.2 acima.

**5.3.3.** Declarado o vencimento antecipado das Debêntures, o seu resgate deverá ser efetuado pela Emissora em até 5 (cinco) dias corridos, contados do protocolo da carta mencionada na Cláusula anterior, obrigando-se a Emissora a efetuar o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração aplicável devida, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura. Caso o pagamento referente ao vencimento antecipado aconteça através da CETIP, a mesma deverá ser comunicada com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência.

**5.3.4.** Caso a Emissora não proceda ao resgate das Debêntures na forma estipulada na Cláusula anterior, além da Remuneração devida, os Encargos Moratórios serão acrescidos ao Valor Nominal Unitário das Debêntures, incidentes desde a data de vencimento antecipado das Debêntures até a data de seu efetivo pagamento.

**5.3.5.** No caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures, além da comunicação de que trata a Cláusula 5.3.2 acima, o Agente Fiduciário deverá, com no mínimo, 2 (dois) dias úteis de

29



2362



antecedência da data prevista para a realização do pagamento de que trata a Cláusula 5.3.2, solicitar à CETIP o pagamento das Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

**5.3.6.** Na hipótese de vencimento final ou vencimento antecipado das Debêntures, nos termos da Cláusula 4.1.3.1 e da Cláusula 5.3.1 acima, respectivamente, caso a Emissora não efetue os pagamentos previstos nas Cláusulas 4.1.3.1 e na Cláusula 5.3.3 acima, conforme o caso, os titulares das Debêntures estarão automaticamente autorizados a instruir o Agente Fiduciário a promover a excussão das garantias, observados os termos desta Escritura e do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, com o fim de cumprir as obrigações pecuniárias da Emissora, incluindo o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures acrescido da Remuneração e dos Encargos Moratórios, se houver.

**5.3.7.** Todos os valores mencionados na Cláusula 5.3.1.1 acima serão atualizados anualmente, a contar da data de integralização, pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M/FGV) ou, na falta deste, pelo índice que vier a substituí-lo, aplicando-se ao caso, no que couber, o disposto nas Cláusulas 4.4.1.5 a 4.4.1.8 acima.

## **6. DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA, DAS INTERVENIENTES GARANTIDORAS E DOS FIADORES**

**6.1.** A Emissora, as Intervenientes Garantidoras e os Fiadores, até a liquidação de todas as obrigações previstas nesta Escritura, adicionalmente obrigam-se a:

- (i) arcar com todos os custos decorrentes da distribuição e manutenção das Debêntures, incluindo, mas não se limitando a: (a) todos os custos relativos ao seu registro na CETIP; (b) com o registro e a publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura, Contratos de Garantia, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora e das Intervenientes Garantidoras; e (c) despesas com a contratação de Agente Fiduciário, Banco Liquidante, Escriturador, Mandatário e assessores legais;
- (ii) apresentar imediatamente ao público as decisões tomadas pela Emissora, pelas Intervenientes Garantidoras e por qualquer dos Fiadores, com relação a seus resultados operacionais, atividades comerciais e quaisquer outros fatos considerados relevantes, nos termos da regulamentação expedida pela CVM, especialmente a Instrução CVM 476;
- (iii) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:
  - (a) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social

30





encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes registrados na CVM;

- (b) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias corridos após o término de cada exercício social, ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, (i) cópia de demonstrativo de apuração dos Índices Financeiros devidamente auditados pelos auditores independentes contratados pela Emissora, com sua respectiva memória de cálculo compreendendo as contas abertas de todas as rubricas necessárias para a obtenção final de tais Índices Financeiros, sob pena de impossibilidade de verificação e conferência pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários, e (ii) declaração, assinada por dois diretores da Emissora, atestando o cumprimento das obrigações previstas nesta Escritura, incluindo, sem limitação, a observância dos Índices Financeiros;
  - (c) em até 45 dias após o encerramento dos trimestres encerrados em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de cada ano, cópia de suas informações financeiras não auditadas relativas ao respectivo trimestre, acompanhadas (i) do demonstrativo detalhado de apuração dos Índices Financeiros, com sua respectiva memória de cálculo compreendendo as contas abertas de todas as rubricas necessárias para a obtenção final de tais Índices Financeiros, sob pena de impossibilidade de verificação e conferência pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários; e (ii) de declaração, assinada por dois diretores da Emissora, atestando o cumprimento das obrigações previstas nesta Escritura, incluindo, sem limitação, a observância dos Índices Financeiros;
  - (d) dentro de 5 (cinco) dias úteis após o efetivo registro na Junta Comercial, fornecer cópia de todas as atas de todas as assembleias gerais de acionistas da Emissora;
  - (e) no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação, documentos e/ou informações que lhe venham a ser razoavelmente solicitadas pelo Agente Fiduciário, por escrito, a fim de que este possa cumprir com suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e da Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28") e
  - (f) até o dia útil subsequente à ocorrência, informações a respeito de qualquer dos eventos de vencimento antecipado previstos nesta Escritura.
- (iv) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei

31



das Sociedades por Ações e pela regulamentação da CVM, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras, nos termos exigidos pela legislação em vigor, em especial pelo artigo 17 da Instrução CVM 476;

(v) atender integralmente as obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, abaixo transcritas:

(a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com a regulamentação da CVM;

(b) submeter suas demonstrações financeiras à auditoria, por auditor registrado na CVM;

(c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;

(d) manter os documentos mencionados no item (c) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;

(e) observar as disposições da Instrução da CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), no tocante ao dever de sigilo e vedações à negociação;

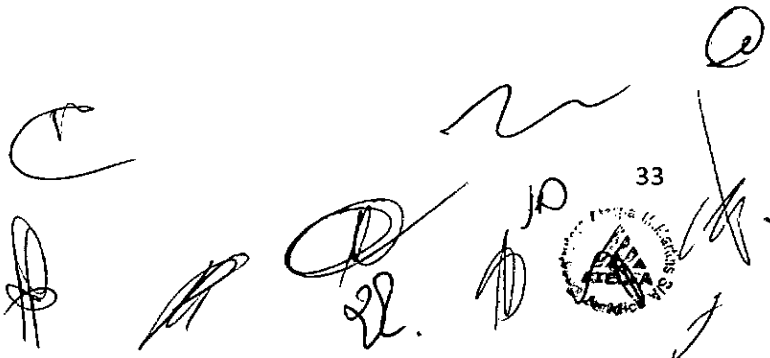
(f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente ao Coordenador Líder e ao Agente Fiduciário; e

(g) fornecer as informações solicitadas pela CVM e/ou pela CETIP.

(vi) enviar à CETIP: (a) as informações divulgadas na rede mundial de computadores previstas na alínea (c) do subitem (v); (b) documentos e informações exigidas por esta entidade no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a contar do recebimento de notificação nesse sentido; assim como (c) atender integralmente às demais obrigações previstas no Comunicado CETIP nº 028/09, de 02 de abril de 2009, o qual a Emissora declara conhecer e que passa a fazer parte integrante da presente Escritura para todos os fins de direito;

(vii) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, bem como não alterar a forma de contabilização atual, exceto por determinação legal ou normas da CVM;

- (viii) convocar Assembleia de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, nos termos da Cláusula 8 abaixo, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (ix) cumprir tempestivamente todas as determinações da CVM, com o envio de documentos e, ainda, prestando as informações que lhe forem solicitadas;
- (x) manter em adequado funcionamento órgão para atender, de forma eficiente, aos Debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (xi) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (xii) notificar, em até 2 (dois) dias úteis, o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão de suas atividades ou que, de qualquer forma, possa resultar em intervenção, perda ou extinção de qualquer permissão e/ou autorização detida pela Emissora, ou que possam afetar negativamente sua habilidade de efetuar o pontual cumprimento de todas as obrigações previstas nesta Escritura, bem como sobre a ocorrência de qualquer um dos Eventos de Inadimplemento previstos nesta Escritura;
- (xiii) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP;
- (xiv) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- (xv) manter contratados, durante toda a vigência das Debêntures, Agente Fiduciário, Banco Liquidante, Escriturador Mandatário e os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário, mantendo as Debêntures registradas, durante toda a sua vigência, junto a CETIP;
- (xvi) não divulgar informações referentes à Emissora, à Oferta Restrita ou às Debêntures, em desacordo com o disposto na regulamentação aplicável, incluindo, mas não se limitando, ao disposto na Instrução CVM 476 e no artigo 48 da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada;
- (xvii) manter-se devidamente organizada e constituída como uma sociedade por ações sob as leis brasileiras; e

 33

2362



- (xviii) observar estritamente a legislação e regulamentação tributária aplicável, mantendo-se em situação de regularidade perante autoridades governamentais ou fiscais, bem como efetuar o pontual pagamento de tributos que sejam devidos ou que devam ser recolhidos, exceto se a exigibilidade do tributo ou de seu pagamento esteja suspensa por decisão judicial ou administrativa ou nos termos da legislação ou regulamentação aplicável.

**6.1.1.** A Emissora manterá segurados, desde a Data de Emissão até o pagamento integral das obrigações pecuniárias decorrentes das Debêntures, os bens onerados nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel, por um valor não inferior às práticas de mercado, com uma seguradora de renome e idônea, contra todos os riscos usuais atinentes aos referidos bens tipicamente cobertos no ramo de atividade da Emissora.

**6.1.2.** A LASA deverá, no prazo de até 30 (trinta) dias após a data de celebração do Contrato de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel, endossar as apólices de seguro do imóvel alienado fiduciariamente, nos termos do referido contrato.

**6.2.** As Intervenientes Garantidoras e os Fiadores, conforme aplicável, até a liquidação de todas as obrigações previstas nesta Escritura, adicionalmente obrigam-se a:

- (i) até o dia útil subsequente à ocorrência, fornecer ao Agente Fiduciário informações a respeito de qualquer dos eventos de vencimento antecipado previstos nesta Escritura aplicáveis às Intervenientes Garantidoras ou à Emissora;
- (ii) manter sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, bem como não alterar a forma de contabilização atual, exceto por determinação legal ou normas da CVM;
- (iii) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (iv) notificar, em até 2 (dois) dias úteis, o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades das Intervenientes Garantidoras e/ou da Emissora;
- (v) abster-se de se manifestar na mídia sobre a Oferta Restrita até a comunicação de encerramento da Oferta Restrita à CVM, exceto para publicação de atos societários, de fatos ou atos relevantes relacionados, nos termos da legislação aplicável;
- (vi) apresentar, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data de recebimento da respectiva

34



solicitação, documentos e/ou informações que lhe venham a ser razoavelmente solicitadas pelo Agente Fiduciário, por escrito, a fim de que este possa cumprir com suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e da Instrução CVM 28; e

- (vii) adimplir com todas as obrigações decorrentes dos Contratos de Garantia.

## 7. DO AGENTE FIDUCIÁRIO

**7.1.** A Emissora constitui e nomeia a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. como agente fiduciário desta Emissão, a qual expressamente aceita a nomeação para, nos termos da legislação atualmente em vigor e da presente Escritura, representar a comunhão de Debenturistas perante a Emissora.

**7.1.1.** O Agente Fiduciário declara:

- (i) não ter qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, para exercer a função que lhe é conferida, conforme artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações e artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (ii) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (iii) aceitar integralmente a presente Escritura e todas as suas Cláusulas e condições;
- (iv) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (v) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações previstas neste instrumento, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (vi) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (vii) que esta Escritura constitui obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (viii) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações nela previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;

35

202



- (ix) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento;
- (x) a(s) pessoa(s) que o representa(m) na assinatura desta Escritura tem poderes bastantes para tanto; e
- (xi) está ciente das disposições da Circular do Banco Central do Brasil n.º 1.832, de 31 de outubro de 1990, conforme alterada.

**7.2.** A Emissora, por sua vez, declara não ter qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções.

**7.3.** Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, falência ou qualquer outro motivo de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha de novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

**7.3.1.** Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo referido na Cláusula 7.3 acima, caberá à Emissora efetuar-la.

**7.3.2.** A CVM poderá nomear substituto provisório para o Agente Fiduciário enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário.

**7.3.3.** Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, solicitando sua substituição.

**7.3.4.** É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo de distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

**7.3.5.** A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores.

**7.3.6.** A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, que deverá ser averbado na JUCEMG, onde será inscrita a presente Escritura.

36



**7.3.7.** O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de celebração da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição ou cumprimento de todas suas obrigações sob esta Escritura e a legislação em vigor.

**7.3.8.** Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

**7.4.** Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, nesta Escritura e nos Contratos de Garantia, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (iii) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- (iv) observado o disposto na Cláusula 7.11 abaixo, arcar com os tributos, municipais, estaduais e federais, assim como com os encargos cíveis, trabalhistas e previdenciários, presentes ou futuros, atribuídos ao Agente Fiduciário nos termos da legislação aplicável;
- (v) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (vi) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, com base exclusivamente nas informações e declarações prestadas pela Emissora, nesta Escritura e nos Contratos de Garantia, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento, contudo não é obrigado a atestar a veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que tenha sido, ou seja, encaminhado pela Emissora, ou por seus colaboradores, para se basear nas suas decisões. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração destes documentos, cuja elaboração permanecerá sob obrigação legal e regulamentar da Emissora, nos termos da legislação aplicável;

Handwritten signatures and stamps at the bottom of the page, including a circular stamp of the Junta Comercial do Estado de Minas Gerais (JUCEMG) with the number 37 and a date of 28/05/2014.

- (vii) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e eventuais aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (viii) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações de que tenha conhecimento;
- (ix) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- (x) solicitar, quando julgar necessário para o fiel cumprimento de suas funções ou se assim solicitado pela Assembleia Geral de Debenturistas, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas trabalhistas e procuradoria da Fazenda Pública da localidade da sede da Emissora;
- (xi) solicitar, quando considerar necessário é desde que justificadamente, auditoria extraordinária na Emissora, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;
- (xii) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes na forma da Cláusula 4.8.1 acima;
- (xiii) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (xiv) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do 68, parágrafo 1º, alínea b, da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, no mínimo, as informações descritas nas alíneas abaixo. Para tanto, a Emissora obriga-se a enviar todos os atos societários, dados financeiros e demais informações e/ou documentos necessários à realização do relatório, inclusive organograma societário da Emissora, que deverá conter: os controladores, as controladas, as sociedades sob controle comum, as coligadas, e os integrantes de bloco de controle, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora até o prazo máximo de 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização do relatório. O referido relatório conterá, no mínimo, informações sobre:
  - (a) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações

38

28.

30

Jurídico





divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;

- (b) alterações estatutárias ocorridas no período;
  - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
  - (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
  - (e) amortização do Valor Nominal, pagamento e repactuação, se for o caso, da Remuneração das Debêntures realizada no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
  - (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
  - (g) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
  - (h) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
  - (i) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário; e
  - (j) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens 1 a 7, da Instrução CVM 28.
- (xv) colocar o relatório de que trata o item (xiv) acima à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, pelo menos nos seguintes locais:
- (a) na sede da Emissora;
  - (b) no seu escritório ou em local indicado pelo Agente Fiduciário;
  - (c) na CVM; e

Handwritten signatures and stamps at the bottom of the page, including a circular stamp of the Junta Comercial do Estado de Minas Gerais.

2062



- (d) na sede do Coordenador Líder, na hipótese do prazo para a apresentação do relatório vencer antes do encerramento do prazo de distribuição das Debêntures.
- (xvi) publicar, nos órgão de imprensa onde a Emissora deva efetuar suas publicações, obedecidos os termos desta Escritura, anúncio comunicando aos Debenturistas de que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no item (xv) acima;
- (xvii) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Escriturador e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora expressamente autoriza, desde já, o Escriturador e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
- (xviii) fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura e dos Contratos de Garantia, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer, inclusive monitorar o cumprimento da Razão de Garantia (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios);
- (xix) verificar o cumprimento da obrigação de manutenção de seguro para o imóvel alienado fiduciariamente, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel, acompanhando as datas de vencimento das referidas apólices;
- (xx) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados de seu conhecimento sobre qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura e/ou nos Contratos de Garantia, indicando o local em que fornecerá aos interessados esclarecimentos adicionais;
- (xxi) verificar a regularidade da constituição das garantias constituídas em favor dos Debenturistas, bem como valor dos bens e direitos dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- (xxii) examinar a proposta de substituição de bens dados em garantia, nos casos em que a substituição é permitida nos termos desta Escritura, manifestando a sua expressa e justificada concordância;
- (xxiii) intimar a Emissora a reforçar as garantias constituídas em favor dos Debenturistas, na hipótese de sua deterioração ou depreciação, observado item v) da Cláusula 5.3.1.1 acima; e
- (xxiv) divulgar aos Debenturistas e aos demais participantes do mercado, em sua central de atendimento e/ou *website*, o Valor Nominal Unitário das Debêntures, calculado pela Emissora

40

em conjunto com o Agente Fiduciário.

**7.5.** O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento da Emissora, observados os termos desta Escritura e dos Contratos de Garantia:

- (i) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar o saldo do Valor Nominal, acrescido da Remuneração correspondente e demais encargos eventualmente devidos nas condições especificadas;
- (ii) requerer, se for o caso, a falência ou propor recuperação judicial ou extrajudicial da Emissora;
- (iii) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas, inclusive a excussão das garantias; e
- (iv) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial e/ou liquidação extrajudicial da Emissora, se for o caso.

**7.6.** O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas na Cláusula 7.5 (i) a (iii) acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar mediante a aprovação unânime dos Debenturistas. Para eximir-se da responsabilidade descrita na Cláusula 7.5(iv) acima, será necessário o quórum estabelecido na Cláusula 5.3.1.3 acima.

**7.7.** O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28, desta Escritura e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável e/ou desta Escritura.

**7.8.** Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, não previstos nesta Escritura ou nos Contratos de Garantia, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações

41  
JURIDICO



assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral.

43/57

7.9. Será devido ao Agente Fiduciário honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura, correspondentes à remuneração anual de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais), devida pela Emissora, sendo a primeira parcela devida no 5º (quinto) dia útil contado da data de celebração desta Escritura, e as demais, no mesmo dia dos meses subsequentes, até o resgate total das Debêntures.

7.9.1. No caso de inadimplemento no pagamento das Debêntures ou de reestruturação das condições das Debêntures após a Emissão, serão devidas ao Agente Fiduciário, adicionalmente, o valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado tais fatos bem como à (i) execução das garantias, (ii) comparecimento em reuniões formais com a Emissora e/ou com Debenturistas, exceto as AGDs previstas nesta Escritura; e (iii) implementação das consequentes decisões tomadas em tais reuniões, pagas 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de "relatório de horas" à Emissora. Entende-se por reestruturação das Debêntures os eventos relacionados à alteração (i) das garantias, (ii) prazos de pagamento e (iii) condições relacionadas ao vencimento antecipado. Os eventos relacionados à amortização das debêntures não são considerados reestruturação das debêntures.

7.9.2. No caso de celebração de aditamentos a esta Escritura bem como nas horas externas ao escritório do Agente Fiduciário, nos casos previstos na Cláusula 7.9.1 acima, serão cobradas, adicionalmente, o valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado a tais alterações e/ou serviços.

7.9.3. As remunerações não incluem as despesas com viagens, estadias, transporte e publicação, necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente, e serão arcadas pela Emissora, despesas com especialistas, tais como auditoria nas garantias concedidas ao empréstimo e assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de inadimplemento do empréstimo. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, bem como indenizações, decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário decorrente do exercício de sua função ou da sua atuação em defesa da estrutura da operação, serão igualmente suportadas pelos Debenturistas. Tais despesas incluem honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário e deverão ser igualmente adiantadas pelos Debenturistas e ressarcidas pela Emissora.

7.9.4. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas incluem os gastos com honorários advocatícios, inclusive de terceiros, depósitos, indenizações, custas e taxas

2362



judiciárias de ações propostas pelo Agente Fiduciário, desde que relacionadas à solução da inadimplência, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias corridos.

**7.10.** As parcelas citadas na Cláusula 7.9 acima serão reajustadas pela variação acumulada do IGP-M/FGV, ou na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro rata die*, se necessário. A remuneração será devida mesmo após o vencimento final das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

**7.11.** As parcelas citadas nos itens acima serão acrescidas dos seguintes impostos: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, inclusive o IR (Imposto de Renda), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

**7.12.** Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M/FGV, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

**7.13.** O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante depósito na conta corrente a ser indicada por esta no momento oportuno, servindo o comprovante do depósito como prova de quitação do pagamento.

**7.14.** Todas as despesas decorrentes de procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas, sempre que possível, e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas correspondem a depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. Os honorários de sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportados pelos Debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.

43

- 12362



**7.15.** A remuneração do Agente Fiduciário não inclui despesas razoáveis, contratadas a padrões de mercado, consideradas necessárias ao exercício da função de agente fiduciário, durante a implantação e vigência do serviço, as quais serão cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas acompanhadas dos respectivos comprovantes, emitidas diretamente em nome da Emissora ou mediante reembolso, após, sempre que possível, prévia aprovação, quais sejam: publicações em geral, notificações, extração de certidões, viagens e estadias, despesas com conferências telefônicas e contatos telefônicos, com especialistas, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal aos Debenturistas.

**7.16.** Na data de assinatura desta Escritura, com base no organograma encaminhado pela Emissora, o Agente Fiduciário atua como agente fiduciário na 2ª (segunda) emissão pública de debêntures da espécie quirografária com garantia fidejussória adicional da Emissora, com vencimento em 17 de abril de 2016, em que foram emitidas 5.000 (cinco mil) debêntures, no volume total, na respectiva data de emissão, de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais). Não houve qualquer evento de inadimplemento, conversão ou resgate das debêntures até o presente momento, porém houve repactuação de determinadas condições da emissão, entre elas a realização de amortização extraordinária.

## **8. DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS**

**8.1.** Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas ("Assembleia Geral de Debenturistas"), nos termos do artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.

**8.2.** Aplica-se à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, além do disposto na presente Escritura, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre assembleia geral de acionistas.

**8.3.** A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada: (i) pelo Agente Fiduciário; (ii) pela Emissora; (iii) por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação; ou (iv) pela CVM.

**8.4.** A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

**8.5.** Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais dos Debenturistas.

**8.6.** O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos





Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

8.7. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao debenturista eleito pelos Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

8.8. Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture caberá um voto. As deliberações serão tomadas por 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, exceto (i) quando de outra forma prevista nesta Escritura; (ii) nas hipóteses previstas nos Contratos de Garantia, as quais são consideradas como transcritas nesta Escritura; e (iii) nas hipóteses de alteração de prazos, valor, vencimento, garantias, hipóteses de vencimento antecipado, da Cláusula 8.8.2 abaixo, da Remuneração, que dependerão da aprovação de 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

8.8.1. A alteração de quorum qualificado previsto na presente Escritura dependerá da aprovação dos Debenturistas com um quorum no mínimo igual ao que está sendo alterado.

8.8.2. A dispensa do cumprimento ("waivers") de obrigações que acarretariam o vencimento antecipado das Debêntures dependerá do voto favorável de detentores de 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, observado que as hipóteses constantes da Cláusula 5.3.1.2 desta Escritura não são objetos de *waivers*.

8.8.3. Para os fins de cálculo dos quoruns de instalação e de deliberação nos termos desta Escritura de Emissão, "Debêntures em Circulação" significam as Debêntures efetivamente subscritas e integralizadas no âmbito da Oferta, excluídas as Debêntures mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas coligadas à Emissora, controladas pela Emissora, de titularidade de suas controladoras diretas ou indiretas e/ou grupo de controle e/ou de administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando a pessoas direta ou indiretamente relacionadas a quaisquer das pessoas anteriormente mencionadas, tais como cônjuge, companheiro, ascendente, descendente ou colateral até segundo grau.

## 9. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA, DAS INTERVENIENTES GARANTIDORAS E DOS FIADORES

9.1. A Emissora declara e garante que, na data de assinatura desta Escritura:

- (i) é sociedade por ações devidamente constituída, com existência válida e em situação regular segundo as leis do Brasil, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
- (ii) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir com todas as obrigações previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais, contratuais e estatutários necessários



para tanto, não havendo qualquer restrição emanada de agência reguladora ou de qualquer órgão fiscalizador das suas atividades;

- (iii) a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida;
- (iv) as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto;
- (v) a celebração desta Escritura, dos Contratos de Garantia e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal ou regulamentar, ou quaisquer contratos ou instrumentos do qual seja parte, ou da qual suas controladas sejam partes, inclusive, mas não se limitando aos contratos financeiros firmados pela Emissora, pelas suas controladas, ou qualquer instrumento a eles relativo, nem irá resultar em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto por aqueles criados pelos Contratos de Garantia, nos termos desta Escritura; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (vi) os bens e direitos sobre os quais tenham sido constituídas garantias em favor dos Debenturistas não estão sujeitos a qualquer ônus ou gravame, exceto aqueles decorrentes dos Contratos de Garantia, e não são objeto de ação, penhora, arresto, penhor, sequestro, caução ou qualquer outra espécie de constrição, não sendo do conhecimento da Emissora a existência de qualquer fato não mencionado nesta Escritura que impeça ou restrinja a prestação das garantias;
- (vii) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem, ou qualificação, perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulador, é exigido para o cumprimento de suas obrigações nos termos desta Escritura, dos Contratos de Garantia e das Debêntures, ou para a realização da Emissão;
- (viii) as situações econômica, financeira e patrimonial da Emissora e de suas controladas, na data em que esta declaração é feita, não sofreram qualquer alteração significativa que possa afetar de maneira adversa sua solvência;
- (ix) as demonstrações financeiras da Emissora, datadas de 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011 representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora;
- (x) cumprirá com todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura e dos Contratos de Garantia;





- (xi) tem plena ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, não poderá realizar outra oferta pública de debêntures da mesma espécie e de sua emissão dentro do prazo de 04 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta Restrita, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;
- (xii) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da Remuneração foi acordada por livre vontade pela Emissora, em observância ao princípio da boa-fé;
- (xiii) não omitiu ou omitirá nenhum fato relevante, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial adversa de sua situação econômico-financeira, jurídica, inclusive de suas controladas, ou de suas atividades ou de suas controladas em prejuízo dos titulares das Debêntures;
- (xiv) todas as informações fornecidas na Emissão são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes para os Debenturistas para a tomada de decisão de investimento nas Debêntures;
- (xv) não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora ou em suas coligadas e controladas, em suas condições financeiras ou em suas atividades, que possam afetar a sua capacidade de cumprir com suas obrigações previstas nesta Escritura;
- (xvi) não há fatos relativos à Emissora, às suas controladas, ou às Debêntures, que, até a Data de Emissão, não foram divulgados ao Agente Fiduciário, cuja omissão, no contexto da Emissão, faça com que alguma declaração relevante desta Escritura seja enganosa, incorreta ou inverídica;
- (xvii) não há qualquer ligação entre a Companhia e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções; e
- (xviii) caso esteja inadimplente com suas obrigações pecuniárias descritas nesta Escritura, a distribuição de dividendos em qualquer valor será considerada pela Emissora e declarada aos seus acionistas como incompatível com a situação financeira da Emissora para os fins do artigo 202, parágrafo 4º da Lei das Sociedades por Ações.

**9.2. As Intervenientes Garantidoras e os Fiadores, conforme aplicável, individualmente declaram e garantem que, na data de assinatura desta Escritura:**

- (i) é sociedade por ações devidamente constituída, com existência válida e em situação regular



segundo as leis do Brasil, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;

- (ii) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir com todas as obrigações previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais, contratuais e estatutários necessários para tanto, não havendo qualquer restrição emanada de agência reguladora ou de qualquer órgão fiscalizador das suas atividades;
- (iii) a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida;
- (iv) as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto;
- (v) a celebração desta Escritura, dos Contratos de Garantia e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal ou regulamentar, ou quaisquer contratos ou instrumentos dos quais seja parte, inclusive, mas não se limitando aos contratos financeiros firmados pelas Intervenientes Garantidoras ou qualquer instrumento a eles relativo, nem irá resultar em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem das Intervenientes Garantidoras, exceto por aqueles criados pelos Contratos de Garantia, nos termos desta Escritura; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (vi) os bens e direitos sobre os quais tenham sido constituídas garantias em favor dos Debenturistas não estão sujeitos a qualquer ônus ou gravame, exceto aqueles decorrentes dos Contratos de Garantia, e não são objeto de ação, penhora, arresto, penhor, sequestro, caução ou qualquer outra espécie de constrição, não sendo do seu conhecimento a existência de qualquer fato não mencionado nesta Escritura que impeça ou restrinja a prestação das garantias;
- (vii) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento de suas obrigações nos termos desta Escritura e dos Contratos de Garantia e das Debêntures, ou para a realização da Emissão;
- (viii) as situações econômica, financeira e patrimonial das Intervenientes Garantidoras, na data em que esta declaração é feita, não sofreram qualquer alteração significativa que possa afetar de maneira adversa sua solvência;
- (ix) suas demonstrações financeiras, datadas de 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011 representam corretamente sua posição patrimonial e financeira naquelas datas e foram devidamente



elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente seus ativos, passivos e contingências;

- (x) cumprirá com todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura e dos Contratos de Garantia;
- (xi) tem plena ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, a Emissora não poderá realizar outra oferta pública de debêntures da mesma espécie e de sua emissão dentro do prazo de 04 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta Restrita, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;
- (xii) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da Remuneração foi acordada por livre vontade pela Emissora, em observância ao princípio da boa-fé;
- (xiii) não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação que possa vir a causar impacto adverso relevante nas Intervenientes Garantidoras ou em suas coligadas, em suas condições financeiras ou em suas atividades, que possam afetar a sua capacidade de cumprir com suas obrigações previstas nesta Escritura; e
- (xiv) não há fatos relativos à Emissora, ou às Debêntures, que, até a Data de Emissão, não foram divulgados ao Agente Fiduciário, cuja omissão, no contexto da Emissão, faça com que alguma declaração relevante desta Escritura seja enganosa, incorreta ou inverídica.

## 10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

- (i) Para a Emissora e para as Intervenientes Garantidoras:

**CONSTRUTORA ATERPA M. MARTINS S.A.**

Rua Professor Jorge Lage, nº50, sala 601, Bairro Estoril

CEP: 30494-240 – Belo Horizonte, MG

At.: Srs. André Pentagna Guimarães Salazar e Lucas Magalhães Vasconcelos

Telefone: (31) 2125-5002

Fax: (31) 2125-5071

e-mail: [andre.salazar@aterpammartins.com.br](mailto:andre.salazar@aterpammartins.com.br) / [lucas.vasconcelos@aterpammartins.com.br](mailto:lucas.vasconcelos@aterpammartins.com.br)

**J. DANTAS S.A. ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES**



Rua Professor Jorge Lage, nº50, sala 502, Bairro Estoril

CEP: 30494-240 – Belo Horizonte, MG

At.: Srs. André Pentagna Guimarães Salazar e Lucas Magalhães Vasconcelos

Telefone: (31) 2125-5002

Fax: (31) 2125-5071

e-mail: [andre.salazar@aterpammartins.com.br](mailto:andre.salazar@aterpammartins.com.br) / [lucas.vasconcelos@aterpammartins.com.br](mailto:lucas.vasconcelos@aterpammartins.com.br)

**SONEL EGENHARIA S.A.**

Rua Professor Jorge Lage, nº50, sala 401, Bairro Estoril

CEP: 30494-240 – Belo Horizonte, MG

At.: Srs. André Pentagna Guimarães Salazar e Lucas Magalhães Vasconcelos

Telefone: (31) 2125-5002

Fax: (31) 2125-5071

e-mail: [andre.salazar@aterpammartins.com.br](mailto:andre.salazar@aterpammartins.com.br) / [lucas.vasconcelos@aterpammartins.com.br](mailto:lucas.vasconcelos@aterpammartins.com.br)

**LASA PARTICIPAÇÕES S.A.**

Rua Professor Jorge Lage, nº50, sala 701, Bairro Estoril

CEP: 30494-240 – Belo Horizonte, MG

At.: Srs. André Pentagna Guimarães Salazar e Lucas Magalhães Vasconcelos

Telefone: (31) 2125-5002

Fax: (31) 2125-5071

e-mail: [andre.salazar@aterpammartins.com.br](mailto:andre.salazar@aterpammartins.com.br) / [lucas.vasconcelos@aterpammartins.com.br](mailto:lucas.vasconcelos@aterpammartins.com.br)

(ii) Para o Agente Fiduciário:

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

Av. das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205, Barra da Tijuca

CEP: 22631-000 – Rio de Janeiro, RJ

At.: Sr. Antonio Amaro Ribeiro

Telefone: (21) 3514-0000

Fax: (21) 3514-0099

e-mail: [ger1.agente@oliveiratrust.com.br](mailto:ger1.agente@oliveiratrust.com.br) / [Antonio.amaro@oliveiratrust.com.br](mailto:Antonio.amaro@oliveiratrust.com.br)

(iii) Para o Banco Liquidante e Escriturador Mandatário:

**Itaú Unibanco S.A.**

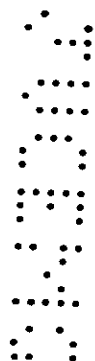
Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal

CEP: 04344-030 – São Paulo, SP

**Itaú Corretora de Valores S.A.**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3400, 10º andar

CEP: 04538-132 – São Paulo, SP



Handwritten signatures and stamps. One stamp is circular with the text '50' and 'JURIDICO'.



At.: Sr. Luiz Petito  
Telefone: (11) 2797-4441  
Fax: (11) 2797-3140  
e-mail: [luiz.petito@itau-unibanco.com.br](mailto:luiz.petito@itau-unibanco.com.br)

(iv) Para a CETIP:

**CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS**

Avenida República do Chile, 230, 11º andar

CEP 20031-170 - Rio de Janeiro, RJ

Telefone: (21) 2276-7474

Fax: (21) 2252-4308/2262-5481

Ou

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.663, 4º andar

CEP 01452-001 - São Paulo, SP

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Telefone: (11) 3111-1596

Fax: (11) 3115-1564

**10.1.1.** As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com aviso de recebimento expedido pelo correio ou ainda por telegrama enviado aos endereços acima.

**10.1.2.** As comunicações feitas por correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem.

**10.1.3.** A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada ao Banco Liquidante e Escriturador Mandatário, ao Agente Fiduciário pela Emissora.

**10.2.** Exceto quando previsto expressamente de modo diverso na presente Escritura, entende-se por “dia útil” qualquer dia da semana, exceto sábado, domingos e feriados nacionais ou ainda, quando não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo ou na Cidade de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais, ressalvados os casos de pagamentos que devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente “dia útil” será qualquer dia da semana, exceto sábado, domingo ou feriado nacional. Quando a indicação de prazo contado por dia na presente Escritura não vier acompanhada da indicação de “dia útil”, entende-se que o prazo é contado em dias corridos.

**10.3.** Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta

51

forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

**10.4.** Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem as disposições afetadas por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

**10.5.** Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica e se submetem às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura.

**10.6.** Esta Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

## **11. LEI APLICÁVEL E FORO**

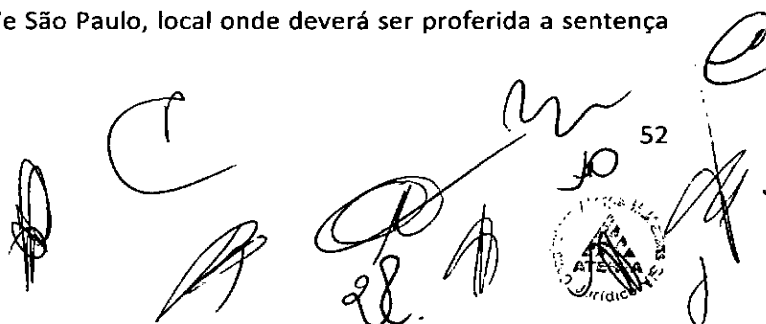
**11.1.** Esta Escritura será regida pelas leis da República Federativa do Brasil.

**11.2.** Sem prejuízo de cobrança das Debêntures por meio de procedimento de execução judicial, as partes envidarão seus melhores esforços para alcançar um acordo sobre uma disputa, controvérsia ou demanda oriunda, ou relacionada às obrigações previstas nesta Escritura, incluindo, sem limitação, qualquer questão relacionada com a existência, validade, rescisão ou violação desta Escritura ("Controvérsia").

**11.2.1.** Inclui-se no conceito de Controvérsia, sem limitação, os embargos do devedor à execução por quantia certa fundada nas Debêntures, que serão substituídos pela arbitragem.

**11.3.** As partes desde já convencionam que toda e qualquer Controvérsia será obrigatória, exclusiva e definitivamente resolvida por meio de arbitragem, a ser instituída e processada de acordo com o Regulamento do Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil-Canadá por tribunal arbitral composto por três árbitros, indicados de acordo com citado Regulamento ("Tribunal Arbitral"). A administração e o correto desenvolvimento do procedimento arbitral caberá ao Tribunal Arbitral. O procedimento arbitral terá: (i) lugar na Cidade de São Paulo, local onde deverá ser proferida a sentença

52  
52





arbitral; (ii) como idioma oficial o Português; e (iii) como lei aplicável a da República Federativa do Brasil. O Tribunal Arbitral deverá aplicar primeiro as cláusulas desta Escritura e, na omissão, o disposto na legislação brasileira. Ressalta-se que no caso de conflito entre as normas prevalecerá as desta Escritura.

11.3.1. Na hipótese de existência de múltiplos requerentes ou requeridos e de não haver consenso em pelo menos um dos pólos da arbitragem acerca do árbitro a ser indicado, a câmara arbitral deverá desconsiderar o árbitro indicado em consenso e, ato contínuo, indicar dois árbitros a seu exclusivo critério. O terceiro árbitro, que atuará como presidente do Tribunal Arbitral, será escolhido pelos 2 árbitros nomeados pela câmara, no prazo de 15 dias corridos contados da data da indicação. Toda e qualquer outra controvérsia relativa à indicação dos árbitros pelas partes, bem como à escolha do terceiro árbitro, será dirimida pela câmara.

11.4. A parte interessada notificará a Câmara sobre sua intenção de começar a arbitragem, conforme as o Regulamento.

11.5. A recusa, por qualquer parte, em celebrar termos de referência ou compromisso de arbitragem não impedirá que a arbitragem se desenvolva e se conclua validamente, ainda que à revelia, e que a sentença arbitral assim proferida seja plenamente vinculante e eficaz às partes.

11.6. A sentença arbitral será proferida na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Nenhum recurso caberá contra a sentença arbitral, a qual terá, para as partes, o valor de decisão final e irrecorrível.

11.7. As partes poderão requerer ao Poder Judiciário medidas cautelares urgentes que não possam ser obtidas em tempo na arbitragem, sem prejuízo do julgamento do mérito pelo Tribunal Arbitral e não pelo Poder Judiciário. Quando a lei exigir que o autor da ação cautelar ajuíze ação principal ou equivalente, entender-se-á como tal a instituição da própria arbitragem. Em qualquer hipótese, o processo judicial se extinguirá sem resolução de mérito tanto que o Tribunal Arbitral conceda, confirme, altere ou revogue a medida cautelar. As partes reconhecem ainda que a necessidade de buscar qualquer medida cautelar no Poder Judiciário não é incompatível com esta cláusula compromissória, nem constitui renúncia à execução da cláusula compromissória ou sujeição das partes à arbitragem.


E por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam a presente Escritura, em 7 (sete) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

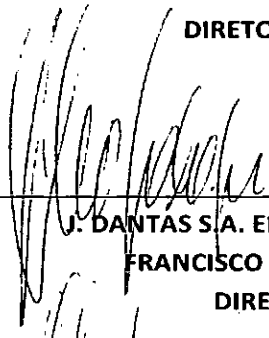
\*\*\*\*

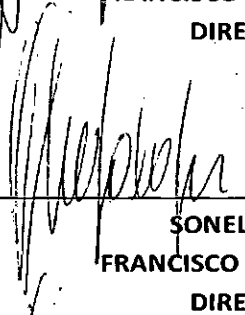
Belo Horizonte, 12 de maio de 2014

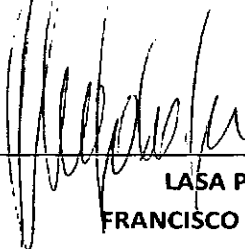


(Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Construtora Aterpa M. Martins S.A.)

  
\_\_\_\_\_  
**CONSTRUTORA ATERPA M. MARTINS S.A.**  
**ANDRÉ PENTAGNA GUIMARÃES SALAZAR**  
**DIRETOR VICE PRESIDENTE**

x   
\_\_\_\_\_  
**J. DANTAS S.A. ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES**  
**FRANCISCO JOSÉ LABORNE SALAZAR**  
**DIRETOR PRESIDENTE**

x   
\_\_\_\_\_  
**SONEL ENGENHARIA S.A.**  
**FRANCISCO JOSÉ LABORNE SALAZAR**  
**DIRETOR PRESIDENTE**

x   
\_\_\_\_\_  
**LASA PARTICIPAÇÕES S.A.**  
**FRANCISCO JOSÉ LABORNE SALAZAR**  
**ACIONISTA DIRETOR**

  
\_\_\_\_\_  
**DANILO MELIM ABURJELI**  
**DIRETOR**

  
\_\_\_\_\_  
**MIB - MINERAÇÃO IBIRITÉ LTDA.**

**JOSÉ FLÁVIO LABORNE SALAZAR**  
**DIRETOR**





(Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Construtora Aterpa M. Martins S.A.)

x

SAF PARTICIPAÇÕES LTDA.  
FRANCISCO JOSÉ LABORNE SALAZAR  
SÓCIO ADMINISTRADOR

x

FRANCISCO JOSÉ LABORNE SALAZAR

REGINA MARIA PENTAGNA  
GUIMARÃES SALAZAR

JOSÉ MAURÍCIO LABORNE SALAZAR


VIRGÍNIA CÁSSIA CORRÊA SALAZAR



$$\frac{57}{57}$$

Nome: Fernando Nunes Luis  
Cargo: Procurador

1. Juarez Santos  
 Nome: Juarez Cde A. Santos  
 CPF: 046438666-29  
 RG: MG 15322110

2.   
 Name: Michele Escobar Soares  
 CPF: 040.032.296-06  
 RG: M-8713.317

**JUCEMG**

Handwritten signatures and stamps on a document. The document contains several handwritten marks, including a large 'C' and a large '22'. There are also several circular stamps, some of which are crossed out with a large 'X'. One stamp is clearly legible and reads 'FEDERAL BUREAU OF INVESTIGATION' and 'UNITED STATES DEPARTMENT OF JUSTICE'. Another stamp is partially visible and reads 'FEDERAL BUREAU OF INVESTIGATION' and 'UNITED STATES DEPARTMENT OF JUSTICE'. The document is dated 'JAN 22 1964' and 'JAN 22 1964'.



REG. DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS  
Oficial Gustavo Machado de Faria

TD P3  
NOVA LIMA MG  
Emolumento Apresentado e protocolado, em 13/05/2014, sob o n°  
R\$ 1.075,22 12684 Registrado, nesta data, sob o n° 12682  
no Livro B45/B49, fls 274v/02  
Recémpe  
R\$ 64,26 Nova Lima, 13/05/2014  
TEJ  
R\$ 357,94  
Total  
R\$ 1.497,44

Jonatan Siqueira Rosa

Shopping Porto Oficial Substituto, M.d. 24, 2255 - Nova  
Lima-MG CEP 34.300-000 Tel (31) 3541-2361 (Lima)



Certificado lançado  
em outra via/cópia

ESPAÇO EM BRANCO

ESPAÇO EM BRANCO

ESPAÇO EM BRANCO